

O ANARQUISMO SEGUNDO DUAS ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

Marcelo de Marchi Mazzoni¹

Resumo: Neste artigo trabalhamos o problema recorrente dentro e fora da tradição anarquista de responder os problemas relativos ao conceito e origem do movimento anarquista. Para tanto, tomamos como autores centrais dois contemporâneos e conterrâneos: Andrey Ferreira e Felipe Corrêa. Ambos pesquisadores vinculados a instituições de ensino superior de renome, quanto estudiosos sérios dos problemas relativos ao anarquismo. Ferreira muito próximo de uma concepção intitulada de “bakuninismo” enquanto Corrêa desponta como uma das figuras intelectuais do especificismo. Seguindo um percurso muito próximo, mas partindo de metodologias distintas, chegam a concepções próximas, mas com algumas diferenças na análise. Corrêa compreende o anarquismo enquanto uma ideologia enquanto Ferreira como uma teoria.

Palavras-chave: anarquismo brasileiro contemporâneo; história das classes trabalhadoras; história das idéias políticas;

* Trabalho elaborado originalmente em formato de Monografia, como Trabalho de Conclusão de Curso de bacharelado em Ciências Sociais, FFC- Unesp de Marília, com a orientação cautelosa do professor Titular Marcos Tadeu Del Roio. Aqui, o trabalho foi desmembrado em três partes. Sendo dividido em: O ATUAL ANARQUISMO BRASILEIRO RESPONDE À PERGUNTA: Como surgiu o anarquismo?; O PANO DE FUNDO DO SURGIMENTO DO ANARQUISMO: capitalismo, socialismo e a Associação Internacional Trabalhadores; A ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES: o surgimento do anarquismo. Que serão publicados consecutivamente. Bacharel em Ciências Sociais, com ênfase em Ciência Política. Pesquisar PIBIC/CNPq, orientado pelo professor Marcos Tadeu Del Roio. Contato: anarcojo@gmail.com.

INTRODUÇÃO AO ITHA;

Este texto saiu a duras penas, escrito por alguém que ainda não atingiu um alto grau intelectual e cuja principal qualidade foi a persistência e um olhar pretensamente abrangente sobre o objeto de estudo. Dito isto, queremos deixar claro que se ainda não conseguimos subir nos ombros de gigantes é com profunda alegria, para todos aqueles em que nos apoiamos que este trabalho, apesar de individual é fruto de toda uma coletividade que possibilitou tempo, calma e reflexão. Dada a dificuldade e o reconhecimento implícito de que ainda muito a apreender conclamamos a qualquer um que ler alguma crítica ou apontamento – que será muito bem vindo.

O presente texto é o desenvolvimento de uma monografia em que se tentou elaborar uma resposta a pergunta: Como surgiu o anarquismo? Para tanto fizemos o percurso de entender quais são as respostas existentes para a pergunta que o próprio movimento anarquista possibilitou. Buscamos, então, os atualíssimos autores das vertentes anarquistas, para, primeiro: extrair uma definição de anarquismo que os próprios autores elaboram; segundo, buscar uma resposta à pergunta dentro desses próprios autores. Esse primeiro passo nos levou a duas das correntes existentes e organizadas no Brasil hoje, os especifistas e os bakuninistas, consecutivamente a dois de seus teóricos Felipe Corrêa e Andrey Ferreira.

Ambos, cada um utilizando uma metodologia, esboçaram definições distintas de anarquismo. Um compreendendo enquanto uma ideologia e o outro enquanto uma teoria, apesar disso, ambos o caracterizam como uma corrente do socialismo emergida pela luta das classes trabalhadoras. Devemos ressaltar que fizeram um percurso similar no que se refere ao estudo das origens do anarquismo. Esse percurso realizado por eles foi o de levantar várias concepções que levaram a cabo um estudo histórico do anarquismo, fazendo delas uma apuração crítica, desta crítica partem para definir onde surgiu e qual o caminho de seu desenvolvimento posteriormente.

Expomos todo esse debate, de ambos os autores, no primeiro artigo intitulado: “O atual anarquismo brasileiro responde à pergunta: como surgiu o anarquismo?”. Apesar de várias discordâncias, ambos apontam para o mesmo momento histórico, segunda metade do século dezenove, assim como, para a Associação Internacional dos Trabalhadores. Extraído esse lugar comum, pudemos dar prosseguimento ao trabalho.

Para elaboração deste trabalho utilizamos as perspectivas metodológicas propostas por Thompson, no que se refere, substancialmente, sua compreensão de classe². Para o autor a classe social não é definida como algo estático criado de modo mecânico dentro de uma estrutura econômica, sendo, nada verdade compreendida como um fazer-se. Assim em determinados momentos em que homens, partilhando de experiências em comum, criando uma identidade de interesses numa condição determinada, fazendo com que se organizem contra outros homens de interesses distintos. É no processo histórico, portanto, que se faz a classe.

Tomados dessa historicidade, fizemos um breve estudo das classes trabalhadoras europeias no período que vai da formação do socialismo (aproximadamente 1830) à formação da Associação Internacional dos Trabalhadores. Mapeando o que se refere do surgimento e do desenvolvimento das concepções internacionalistas dentro do movimento dos trabalhadores estudando o aumento da influência socialista nas classes trabalhadoras.

O fazer-se da classe permeia o modo de produção em que as classes vieram a existir, assim, para compreender o fazer-se da classe foi necessário a compreensão do palco em que a história se desenrolou. Fizemos, então, um pequeno “desvio” em que buscamos explicar o modo de produção capitalista e suas origens históricas, por fim, o estabelecimento desse enquanto o modo de produção hegemônico.

Articulamos uma explicação dialética da histórica, partindo do elemento mais abstrato, as relações de produção puras, no começo do terceiro capítulo, indo aos elementos mais concretos, o processo histórico da revolução burguesa. As classes burguesas ao estabelecerem-se enquanto classe hegemônica, por meio de seu Estado específico, com uma ideologia específica – tudo isso assentado na produção capitalista – produziu uma classe de homens miseráveis, que se configuraram historicamente como seu negativo interno. O desenvolvimento histórico é visto em seu caráter mutável e contraditório.

Para tratar da formação das classes trabalhadoras da Europa da primeira metade do século dezenove, optamos por, primeiro: esboçar a expressão teórica-ideológica do tensionamento da contradição da nova sociedade, isto é, o socialismo. Que em suas primeiras expressões foi algo pouco claro tendo uma definição bem simplória – que expomos no segundo artigo. Sobre o socialismo, enfocamos seu desenvolvimento até a década de 1840, em que identificamos como os mais expressivos: o mutualismo e o comunismo.

2 Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Penso que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma —estrutura, nem mesmo como uma —categoria, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas (THOMPSON, 1987, p.09).

Ainda no mesmo período, através do estudo de Freymond (2015), reconstruímos o longo período de desenvolvimento da solidariedade e do internacionalismo da classe trabalhadora até um de seus momentos auge que foi a formação da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864), com isso encerramos o terceiro capítulo.

O terceiro artigo é iniciado por um estudo da Internacional enfocando seus Congressos e seu desenvolvimento quantitativo, de modo a explicitar o impacto que a organização teve em sua contemporaneidade. Seguido disso, tomamos para nós os apontamentos metodológicos de Edgar de Decca, em seu livro *O Silêncio dos Vencidos* (1988). Nesse estudo, de Decca refaz as indagações de Walter Benjamin, ao retomar o espírito de escovar a história a contra-pelo. O enfoque de Decca, nesse caso, é dar voz àqueles que a história deu como vencidos ou invisíveis. Dar voz a esses setores é reavivar o passado, abrindo possibilidades interpretativas e reconstruindo os fenômenos históricos de perspectivas alternativas.

Isso que propomos, na segunda parte do deste artigo, ao tomar as memórias de James Guillaume, um militante da Internacional suíça, cujo trabalho que ainda não foi traduzido para o português, trás uma perspectiva da AIT que pode ser dita, ainda, como inédita no Brasil. Guillaume, assim, nos ajuda a traçar os acontecimentos referente as discussões internas a Internacional onde produziu e atuou um movimento anarquista - pelo menos a partir do que extraímos dos autores de referência que estudamos no primeiro artigo.

As memórias, uma história a contrapelo da Internacional, contada a partir dos Alpes suíços. Relata o desenvolvimento da Internacional, as relações pessoais dos militantes e os embates entre a classe trabalhadora e a burguesia e as disputas entre as várias ideologias internas da classe trabalhadora. Assim fizemos o recorte na perspectiva de Guillaume contamos a história da Internacional até 1869. Posto isso, nas considerações finais deste artigo nos apropriamos de alguns aspectos específicos e respondemos à pergunta, de modo a extrair como a classe trabalhadora fez surgir o anarquismo – limitados por nosso ponto de vista suíço.

Não obstante, fizemos a tradução de dois textos inéditos de um relojoeiro suíço, de um militante da AIT, que tratam de uma história da Internacional e um estudo sobre o Coletivismo – a primeira forma de anarquismo organizado. Ambos os textos figuram como uma ilustração vinculada a e assim terminamos nosso trabalho, dando a possibilidade de um dos militantes mais ativos naquele longínquo momento histórico reportar o que compreendia de seu tempo assim como qual é a resposta dele a pergunta que figura como título e norte de todo nosso trabalho. Ambos encontram-se disponíveis online no site Passa Palavra.

1. INTELECTUAIS DA “ANARQUIA” E SUAS OBRAS;

O ano de 2014 e o início do ano de 2015, além de terem sido marcados pelas datas históricas, como, por exemplo, o aniversário dos 150 anos de fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores e dos 200 anos do nascimento de Mikhail Bakunin e suas respectivas comemorações, abordagens críticas, balanços históricos e debates relativos a essas duas datas. Além do que, 2014/2015 marca também a publicação, no Brasil, de dois importantes livros:

1º – O livro “De Baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin”; uma coletânea de textos inéditos para o Brasil, de Bakunin. Com a organização e introduções assinadas por Andrey Cordeiro Ferreira e Tadeu Bernardes de Souza Toniatti, tendo sido publicado pela Editora Alternativa, na cidade de Niterói – Rio de Janeiro.

2º - O livro “Bandeira Negra: Rediscutindo o Anarquismo”, de autoria de Felipe Corrêa, resultado das pesquisas realizadas pelo autor na Pós-Graduação no Programa Mudança Social e Participação Política (PROMUSP) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Neste livro o autor desenvolve um estudo da história do movimento anarquista em sua totalidade, debatendo as várias perspectivas relativas a essa historiografia. Como uma definição do termo anarquismo. Publicado pela Editora Prismas, Curitiba, em 2015.

Tanto os organizadores do primeiro, como o autor do segundo³, podem ser vinculados ao anarquismo militante na atualidade. Além de estarem contribuindo para o debate teórico, são alguns dos sujeitos que estão, de certo modo, vinculados com projetos organizativos relativos ao anarquismo. Duas organizações a UNIPA (União Popular Anarquista) e a CAB (Coordenação Anarquista Brasileira), podem ser tomadas como as mais relevantes e próximas às idéias dos autores no debate ligado as concepções de anarquismo no Brasil. Não tendo nada que confirme vínculo organizativo entre Ferreira e a UNIPA podemos apenas decorrer que o vínculo entre UNIPA e Ferreira se dá, pelo menos, pelas afinidades teóricas.

Sobre a UNIPA, da qual faremos um comentário mais a frente, eis o que o próprio informativo da organização diz:

3 Compreendemos a necessidade de ressaltar que nem a perspectiva de Corrêa, nem como a perspectiva de Ferreira podem ser tomadas enquanto as perspectivas únicas e reinantes dentro de suas correntes ideológicas. Para isso seria necessário um estudo de outro tipo, tal como, da intelectualidade das organizações e das correntes. Porém, a patente a importância dos estudos de ambos.

Sobre a UNIPA

A União Popular Anarquista (UNIPA) é uma organização política revolucionária bakuninista. A UNIPA luta pela construção do socialismo no Brasil. A estratégia revolucionária da UNIPA aponta que somente a ação direta das massas e a luta de classes são capazes de realizar conquistas imediatas, econômicas e políticas, para a classe trabalhadora.

A UNIPA entende que somente a revolução, que se coloca como desdobramento da luta de classes, é capaz de viabilizar a construção da sociedade socialista. A UNIPA foi formada em 2003, reunindo militantes do movimento estudantil, sindical e comunitário, alguns dos quais participavam do coletivo Laboratório de Estudos Libertários (LEL). O LEL publicam o jornal “Causa do Povo” e a revista “Ruptura” que passaram a ser órgãos da UNIPA a partir de então (UNIPA, 2015).

Sobre a CAB, segue o informativo da organização:

CAB

A Coordenação Anarquista Brasileira (CAB) é um espaço organizativo fundado em 2012 que articula nacionalmente organizações e grupos anarquistas que trabalham com base nos princípios e na estratégia do anarquismo de matriz especificista. A CAB surge como resultado dos dez anos do processo de organização, iniciado em 2002, com o Fórum do Anarquismo Organizado (FAO). Durante essa década, avança em termos político-ideológicos e em relação aos trabalhos nos movimentos populares. A fundação da CAB marca a passagem de um fórum para uma coordenação nacional, evidenciando um aumento de organicidade e fundamentando as bases para o avanço rumo a uma organização anarquista brasileira (CAB, 2015).

Não analisaremos aqui outras organizações, por questão de método e por não terem um debate mais aprofundado sobre surgimento. Mas cabe ressaltar a existência de algumas outras organizações, tais como: Biblioteca Terra Livre, COB (Confederação Operária Brasileira), Liga Anarquista do Rio de Janeiro e a Organização Terra e Liberdade. É importante apresentar essas outras organizações que se afirmam enquanto ligadas ao anarquismo.

Cabe destacar o fato de ambas as perspectivas, tanto a da CAB quanto a bakuninista, terem feito aquele velho balanço existencial em que muitas vezes nos colocamos quando na frente de um espelho. “Quem sou eu? Quais minhas origens? Para onde vou?”, estas perguntas ressurgem em ambos os livros publicados, já no segundo século do nascimento de Bakunin.

Andrey Cordeiro Ferreira, num artigo intitulado “Anarquismo, fenômeno da Primeira Internacional”, faz este movimento que Corrêa também faz ao longo de seu livro, guardada as devidas proporções que um livro tem em relação a um artigo e, partiremos então ao debate correspondente.

2. A EXPRESSÃO BAKUNINISTA

Andrey Cordeiro Ferreira é doutor em Antropologia Social pelo PPGAS – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cuja tese defendida foi “*Tutela e Resistência Indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro*” em 2007, com orientação de João Pacheco de Oliveira. Atualmente é professor adjunto do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e do CPDA- UFRRJ. Desenvolve estudos nas áreas de antropologia política, ecologia cultural, antropologia ecológica, antropologia econômica e antropologia do trabalho, sistemas interétnicos e território cultural, resistência e dominação, pensamentos e práticas insurgentes. Ferreira, juntamente com Tadeu Bernardes de Souza Toniatti, foi o organizador da coletânea de textos de Mikhail Bakunin, cujo qual também já destacamos acima e, cuja “*Introdução*”, assinada por Ferreira, será analisada aqui.

2.1. CRÍTICA BAKUNINISTA AOS AUTORES DE REFERÊNCIA

Em sua introdução a coletânea, Ferreira propõe um título que, propositalmente “contraditório”, em que, segundo o autor, reside-se ao lançar mão das palavras “anarquismo” e “Primeira Internacional”. Geralmente, ao falar sobre anarquismo, implica-se em um erro de conceituação que decorre num problema teórico e ideológico e nomear a AIT de a Primeira Internacional implica-se necessariamente numa deturpação da história, por não se pautar pelo que, de fato, ocorreu, mas, como foi posteriormente denominado:

Apesar de ser um termo usual, ele é extremamente enganoso. Isso porque a AIT foi um tipo organizacional específico, marcado por uma historicidade específica. Ela não possui continuadores em termos de tipo organizacional (FERREIRA in; BAKUNIN, 2014, p. 21)

Primeira Internacional é uma denominação criada por aqueles que se creditavam enquanto os continuadores da AIT e, mesmo, tensionam lograr a herança de uma heroica fase que permeia essa antiga organização. Contudo, mesmo assim, as chamadas II, III e IV Internacionais (mesmo que tenham tido algum tipo de iniciativa no mesmo sentido da Internacional) não lograram ser a continuidade do tipo organizacional da AIT, especialmente porque “se tratavam de organizações de tipo partidário e, em segundo lugar, pelo tipo de

estrutura política existente dentro dessas internacionais (FERREIRA in BAKUNIN, 2014, p.21)”. Mesmo a fundação da AIT espanhola em 1922, fomentada, principalmente, por iniciativa da Confederação Nacional do Trabalho (CNT), não era uma organização idêntica à organização do século XIX, para Ferreira.

Então, questiona-se Ferreira, sobre como surgiu o anarquismo. Partindo desta busca pela gênese ele, colocando tal questionamento, começa a destrinchar as múltiplas e hegemônicas respostas, que segundo o autor conformam-se enquanto a historiografia oficial, sendo esta dividida em três grandes vertentes:

- 1) A marxista;
- 2) A anarco-comunista;
- 3) A liberal;

Apesar de serem três concepções advindas de três escolas de pensamento distintas, o autor expõe, logo de início, que elas convergem em aspectos importantes.

Para o marxismo, o anarquismo figura como sua versão primitiva ou como figura heroica do movimento operário. O mesmo fato ocorre no Brasil, em que há uma celebrada e variada bibliografia sobre a importância dos anarquistas no sindicalismo da República Velha (FERREIRA, in BAKUNIN, 2014). Há também dentro do pensamento marxista, um anarquismo que paira como figura fantasmagórica, pois, serve para um entidade, um bode expiatório de invocação e exclusão (FERREIRA, in BAKUNIN, 2014), em que todas as qualidades e defeitos podem ser atribuídos.

Em vida, na década de 1840, Marx tem uma história de aceitação e repúdio a um dos expoentes do pensamento socialista. Na primeira metade da década, admira para depois, na segunda metade, renegar Pierre-Joseph Proudhon, teórico e militante muito influente no movimento operário francês nas décadas de 1840 à 1860 e fundador das doutrinas do *mutualismo*. A obra de Marx, na primeira metade, expressa além de uma influência, um elogio ao pensamento proudhoniano, especialmente no livro *A Sagrada Família*. Ali temos a ideia de que o socialismo francês teria contribuído para a política proletária e impulsionado o desenvolvimento de uma ciência crítica. (FERREIRA, in BAKUNIN, 2014, p.22). Porém, a virada no pensamento de Marx, o seu respectivo rompimento, ocorre com a publicação do livro *A Miséria da Filosofia*, em que Marx faz uma crítica ao livro *A Filosofia da Miséria ou*

Sistema de Contradições Econômicas de Proudhon; desqualificando política e intelectualmente seu interlocutor.

Ainda se tratando dos “pais fundadores do marxismo”, que, segundo Ferreira, algo similar ao relatado ocorre nos anos de 1860 e 1870. No embate político e teórico de Engels e Marx contra Bakunin. Deste período são vários os textos que esboçam os embates e as discordâncias dos autores. O ponto nevrálgico do debate é a *Circular Privada* que Marx enviou a seus partidários, nomeada de *As pretensas cisões dentro da Associação Internacional dos Trabalhadores*, como modo de convencê-los de que a política mais certa era atacar antes que a AIT se fragmenta-se por ação dos “bakuninistas”. Neste texto, em que desvalida completamente Bakunin, suas ações e seus aliados, Marx escreve:

Todos os socialistas entendem por anarquia o seguinte: uma vez atingido o objetivo do movimento proletário, isto é, a abolição das casses, o poder de Estado – que serve para manter grande maioria produtora sob o jugo de uma minoria exploradora – desaparece e as funções governativas se transformam em simples funções administrativas (MARX apud FERREIRA, in BAKUNIN, 2014, p.23).

Nesse momento em que disputava contra Bakunin, “(...) Marx incorporou a categoria anarquismo no seu esquema teórico como sinônimo de —comunismo (FERREIRA, in BAKUNIN, 2014, p. 23)”. Esse traço de assimilação passa despercebido, o que mais se destaca é o tom crítico. Em 1873, Engels, no artigo “*Os Bakuninistas em Ação*”, basicamente traça uma imagem negativa do anarquismo, pois, para ele, os anarquistas “ (...) tinham um programa caracterizado pelo abstencionismo político, pela revolução imediata e pela greve geral, e que a política dos anarquistas levou o movimento revolucionário à atomização (...) (FERREIRA, in BAKUNIN, 2014, p.23). Assim, expressa Engels, que o fundo do problema existente é a contradição presente nesses revolucionários, em suas práticas e teorias. Importante demarcar que a partir desse texto é farta a crítica marxista ao anarquismo, entre alguns, podemos citar “*Anarquismo e Socialismo*” de Josef Stalin; “*O Estado e a Revolução*” de Lenin.

Porém, segundo Ferreira, mesmo com tamanha crítica, o anarquismo nunca foi conceitualmente definido pelo marxismo, pois, nunca foi seriamente analisado. “Na realidade, o anarquismo figura como um anti-conceito, como uma categoria que abriga as características inversas ao marxismo (abstencionismo, utopismo, ineficácia na ação, contradição entre teoria e prática, atomismo) ou figura residualmente como um mero sinônimo de comunismo (FERREIRA, in BAKUNIN, 2014, p. 24)”.

Posta essa conclusão, Ferreira parte para a crítica da segunda vertente historiográfica relativa ao anarquismo, a crítica à escola anarco-comunista de Piotr Kropotkin. A importância da crítica à escola está no fato de sua tamanha influência, sobretudo dentro do próprio movimento anarquista, que orienta vários autores no Brasil e no Mundo, “por isso uma crítica da sua definição e de seu método é necessária (FERREIRA, in BAKUNIN, 2014, p.24)”. Já a partir da própria definição de Kropotkin, podemos ter uma boa noção de toda a sua compreensão sobre o problema histórico em questão:

Anarquismo (do grego na-, e arke, contrário à autoridade), é o nome que se dá a um princípio ou teoria da vida e a conduta que concebe uma sociedade se governo, em que se obtém a harmonia, não por submissão à lei, nem obediência à autoridade, senão por acordos livres estabelecidos entre os diversos grupos, territoriais e profissionais, livremente constituídos para a produção, o consumo, e para a satisfação da infinita variedade de necessidades e aspirações de um ser civilizado. (...)

A concepção de sociedade esboçada e a tendência de que é expressão dinâmica, existiram sempre na espécie humana, frente a concepção e à tendência hierárquicas que hoje imperam, alternando-se seu predomínio em diferentes períodos da história (...)

O melhor expoente da filosofia anarquista na Grécia Antiga foi Zenão (342-267 ou 270 a.C.), cretense, fundador da escola estoica, que opôs uma concepção clara da comunidade livre sem governo a utopia estatista de Platão. Repudiou a onipotência do Estado, seu caráter intervencionista e regulamentador, e proclamou a soberania da lei moral do indivíduo ... (KROPOTKIN, in BAKUNIN, 2014, p.24).

O problema central segundo Ferreira da abordagem kropotkiniana é que ele, Kropotkin, emprega o conceito anarquismo de modo a-histórico e naturalizante, associada à uma manifestação da natureza humana, em que, certos traços do anarquismo seriam imanentes a ela, como: a solidariedade e a tendência a uma busca pela liberdade. Por este motivo é realizada uma classificação forçada, pois, para Ferreira, é privilegiado o “(...)princípio classificatório dos autores em detrimento dos princípios de classificação e práticas dos agentes históricos concretos (FERREIRA, in BAKUNIN, 2014, p.24)”. Isso se reproduz em quase todo estudo histórico sobre o anarquismo.

Assim, Ferreira, conclui três pontos sobre esta vertente:

1-) Que o anarquismo deriva da natureza humana e é um fenômeno a-histórico;

2-) É uma forma de pensamento de recusa à autoridade;

3-) Os anarco-comunistas, ao traçarem seu pensamento desse modo, criam uma lógica similar a dos marxistas, pois sua visão ignora completamente o caráter histórico do anarquismo enquanto um movimento na luta de classes e dos indivíduos, assim como, ignoram o autorreconhecimento. Em detrimento disto, usam somente, como princípio norteador, o traço distintivo que busca algum tipo de defesa da ausência de um governo e autoridade;

Tratemos, então, da terceira visão que Ferreira aborda, a tradição histórica liberal sobre o anarquismo. O autor toma como exemplo desta tradição E.H. Carr, historiador inglês que fez uma biografia de Mikhail Bakunin, em que, entre outras coisas, aponta para Bakunin, sendo um tipo de pregador da “liberdade absoluta”, no mesmo sentido em que se aponta para uma liberdade dentro das noções do individualismo.

Esta seria a essência de seu pensamento social e político, cuja matriz é extraída da filosofia de Rousseau, em que, o homem é pervertido pela sociedade, quando em contato com ela. Após a exposição da visão de Carr, Ferreira conclui que as análises hegemônicas são desprovidas de sustentação documental, pois, dentro da obra de Bakunin vê-se uma crítica profunda tanto a filosofia de Rousseau, quanto ao individualismo.

A definição de anarquismo é feita de modo ideal, exterior a história, de cima para baixo. Além do que, Carr, ao dar uma interpretação histórico-psicológica, estabelecendo como uma personalidade de tipo pré-moderna, para assim justificar sua análise das compreensões teóricas de Mikhail Bakunin.

Feitas as devidas críticas para cada parte, Ferreira buscou encontrar o elemento de unificação dessas três posturas epistemológicas. Eis que, para ele, possuem um ponto de convergência, pois, esses

estudos sobre a presença anarquista no movimento operário e social lidaram com o anarquismo como uma categoria homogênea e ahistórica (anacrônica), e procuraram fazer a histórica do anarquismo sem levar em consideração os debates teóricos internacionais que precederam a formação da classe trabalhadora nacional e as dinâmicas concretas (FERREIRA, in BAKUNIN, 2014, p. 26-27).

Aponta, portanto, Ferreira, a necessidade de uma nova história sobre o anarquismo, em que, o norte seja definir quais são as bases teóricas e o significado do conceito de anarquismo para os atores históricos concretos. Cujo método, seja aquele que pretende “afastar os conceitos apriorísticos, nesse caso as definições hegemônicas, e reconstituir um conceito que possa dar conta da diversidade do fenômeno (FERREIRA, in BAKUNIN, 2014, p.27)”.

Após esses apontamentos o autor então lança sua hipótese, que pode ser resumida, assim: o anarquismo como um fenômeno social-histórico que tem sua origem entre os anos de 1840-64 dentro de uma série de organizações e práticas, que só vem se consolidar na década de 1860 junto a Associação Internacional dos Trabalhadores de 1864. Para Ferreira, anarquismo

é uma teoria dialética e materialista nas obras de Proudhon e Bakunin, como crítica da propriedade privada e da forma de governo, porém não somente como negação da autoridade, mas como afirmação de outra forma de governo e propriedade, pela incorporação de uma dialética destrutiva e construtiva (FERREIRA, in BAKUNIN, 2014, p.28).

Seguindo essa conclusão, o autor então divide seu texto em 4 partes. Sendo estas: 1ª - Revolucionar Sempre: A anarquia, de anátema discursivo ao partido da revolução; 2ª - A dialética Autoridade-Liberdade: a fraternidade Internacional e a luta contra o liberalismo; 3ª – Estatismo e Anarquia: a polêmica centralismo/federalismo; 4ª - Da Periferia para o Centro: o materialismo sociológico e os desafios teóricos contemporâneos. O problema central, portanto, fica dividido da seguinte maneira:

A primeira parte discorre sobre o emprego e o significado do termo “anarquista”, o primeiro emprego do termo como negativo e sua ressignificação conceitual para uma expressão positiva de questionamento. Os três últimos, pode-se dizer, são o esforço do autor para a explicação das três partes fundamentais do bakuninismo, pontos caros ao autor em sua explicação de anarquismo.

Para uma definição histórica do conceito, deve-se compreender que ele foi utilizado pela primeira vez num sentido político no período da revolução francesa, tanto como um anátema, quanto como uma definição para os setores radicais. Gracco Babeuf, ao problematizar as tarefas da revolução, emprega anarquistas a aqueles que querem “revolucionar sempre”. Assim, nesse momento, emerge o conceito em sua ambiguidade: pois apenas diferencia os setores radicais dos conservadores, porém, os unifica a todos num mesmo conjunto, sem definir o conteúdo do pensamento.

Já no período pós-revolucionário, é no pensamento de Pierre-Joseph Proudhon, em seu livro de 1840 *O que é a Propriedade? Ou pesquisas sobre o princípio do direito e do Governo*. Neste livro é inaugurada a anarquia como uma forma de governo, distinta da monarquia, república e ditadura. O termo é empregado, como positivo, amparado na teoria de

Proudhon acerca da propriedade privada e em sua concepção histórico-político. Proudhon teve uma farta e variada obra, não obstante uma grande influência política.

O momento auge do proudhonismo é o início da década de 1860 devido à influência desse pensamento no movimento operário francês, suíço, sendo lido por várias outras regiões da Europa. O mutualismo, naquele momento era um pensamento heterogêneo e podemos acompanhar seu papel central e o desenvolvimento, segundo Ferreira por meio dos “temários dos primeiros congressos da AIT e as polêmicas internas marcam claramente como o proudhonismo foi uma corrente importantíssima para a formação da AIT (FERREIRA, in BAKUNIN, 2014, p.31)”. Esses temas são o crédito e socorro mútuo, presente e defendidos no pensamento de Proudhon.

Já Bakunin, uma figura vinculada com as insurreições na década de 1840, sobretudo nas agitações da *Primavera dos Povos*, como um democrata radical no período. Devido suas ações revolucionários foi condenado a prisão, tendo que cumprir 10 anos de prisão e, depois, sendo exilado na Sibéria. Nos anos 1860 retorna a Europa, com intuito de formar uma organização secreta. Em 1864, funda, melhor dizendo, tenta fundar, a “*Fraternidade Secreta Internacional da Revolução*”. Em 1868, ao aderir a AIT, tem contato com os militantes proudhonianos, cujo quais, teriam um papel importante para ele, por terem aderido às fileiras de sua organização, assim como, compuseram o federalismo anarquista.

Portanto, se expressa no pensamento de Ferreira, um forte elo de continuidade entre Proudhon e Bakunin, no campo teórico e organizacional, cuja consagração foi os proudhonianos unirem-se a Bakunin, de modo que

formariam parte de um campo que abrangia uma teoria, uma organização revolucionário e um sindicalismo revolucionário que se expressava na categoria “anarquia” (...) enquanto teoria e organização revolucionária se define no interior do movimento de massas formado pela AIT, que seria, naquele contexto, também denominado de bakunismo (FERREIRA, 2014, p.32).

Está é, para Ferreira, a expressão inaugural do anarquismo. Porém, o conceito “anarquismo” comporta múltiplos significados, frequentemente, descontínuos e contraditórios. Para tanto, o autor, se pauta, para depurar uma visão objetiva do conceito, na história daqueles que instituíram o anarquismo em meados da década de 1860 e na década de 1870. Partindo disso:

O anarquismo estaria então associado a três pressupostos: 1) a crítica da propriedade privada e da desigualdade; 2) a defesa do federalismo e da divisão de poder contra o centralismo e a concentração de poder; 3) o

reconhecimento do protagonismo dos trabalhadores na transformação social por meio da luta de classes, que se realizaria por meio da organização revolucionária das massas (FERREIRA, in BAKUNIN, 2014, p.33).

A intenção de Ferreira é construir uma definição de tal modo rigorosa que algumas escolas do anarquismo não estejam incluídas e sejam tomadas enquanto revisionistas dessa definição original e ortodoxa. Pois essa definição fundamental, teria sofrido um “revisionismo” por meio da obra de Kropotkin e Malatesta. Posta essas considerações, o autor volta sua atenção para a apreciação do pensamento de Bakunin.

2.2. AS TRÊS FONTES E AS TRÊS PARTES CONSTITUTIVAS DO BAKUNINISMO, SEGUNDO FERREIRA

Ferreira apresenta, logo de início, o que considera as três filiações intelectuais de Bakunin, sendo essas o idealismo alemão (Hegel, Feuerbach), o socialismo (com ênfase na dialética proudhoniana) e o positivismo francês. Porém, a originalidade de Bakunin, se mostra no se demonstra pela apropriação e pelo enfrentamento teórico. Posto isso, podemos compreender como as três partes constitutivas: o materialismo antiteológico, a dialética proudhoniana e a sociedade/sociologia.

2.3. MATERIALISMO ANTITEOLÓGICO

Um dos componentes fundamentais na formação histórica do Estado é a contínua justificação mística e teológica de sua legitimidade e de seu poder, que é o elemento central na ideologia de sustento do antigo sistema absolutista. O rei é rei, pela força e vontade de Deus, sendo protegido e abençoado por Este. Essa justificativa é “(...)um fenômeno histórico fundamental e praticamente universal (FERREIRA, in BAKUNIN, 2014, p. 34)”, sendo, segundo a interpretação de Ferreira da filosofia de Bakunin, um fenômeno que abarca diversas sociedades, da antiguidade até a modernidade. Temos, portanto, no pensamento de Bakunin, o teologismo executando um papel capital de organização política e social (FERREIRA, in BAKUNIN, 2014).

Porém, a revolução burguesa fez o importante papel da destituição mística da governança. Agora o governo seria uma emanção da vontade do povo. Essa é a alegação dos

teóricos do Estado moderno e sua justificação, mas não se confirma pela perspectiva bakuniniana.

Para Bakunin, as teorias individualistas liberais são uma atualização do teologismo, partindo de uma nova expressão vinda de dentro da filosofia. Por exemplo, as noções defendidas por toda sorte de liberais de “estado de natureza”, mesmo do individualismo, são embasadas numa história conjectural, não advindo de um estudo do movimento histórico real.

Quando se afirma que o homem viveu num estado de liberdade natural, nada mais seria que uma suposição de um homem com características intrínsecas, cujas quais o impeliria a instaurar o conflito entre seus iguais, gerando a necessidade de uma moderação, de uma regulamentação dos indivíduos. “Esta regulação seria feita por meio de um contrato, que fundaria o Estado e através dele, a sociedade (FERREIRA, in BAKUNIN, 2014, p.35)”.

Assim, em Bakunin, o pensamento liberal seria também, uma transposição do pensamento teológico para a filosofia. Segundo a análise de Bakunin a construção do “Estado de Natureza”, presente na obra desses autores do Estado Moderno, é uma atualização (transsubstanciação) do mito cristão do Éden e do pecado original.

Através desse desvelamento Bakunin expõe a base estritamente teológica dos liberais. Foi por conta do pecado original, no momento inicial da humanidade, que os homens perderam o paraíso e tiveram que penar e obrigados a trabalhar para subsistir. Já os modernos inventaram o “Estado de Natureza”, que cumpriria a função de ser um paralelo ao “paraíso divino”, cuja humanidade não conseguiu permanecer, tendo por fim que sair. “O Estado seria, então, o meio pelo qual o homem poderia ser realizado (FERREIRA, in BAKUNIN, 2014, p.35)”.

Portanto, ao chegar a essas conclusões, compreende que o idealismo é o fundamento do pensamento da ordem, desde ao antigo absolutismo, ao individualismo burguês, sendo esses embasados nas duas formas de “teologismo”.

O antiteologismo, no plano ideológico-social (ou a crítica da alienação, da transferência da responsabilidade da dinâmica do mundo social do homem para forças mágico-religiosas), corresponderia, no plano teórico, ao anti-idealismo, ao materialismo (FERREIRA, in BAKUNIN, 2014, p. 35).

Esta é a justificação do carácter essencialmente antiteologista do pensamento materialista de Bakunin. Deste modo, é dentro desta chave em que engendram os elementos de crítica ao

Estado. Porém, contudo, o estudo do material (da realidade) é realizado com o auxílio das outras partes fundantes.

2.4. DIALÉTICA PROUDHONIANA

A dialética em Bakunin, segundo Ferreira, tem tanto influências de Hegel quanto de Proudhon. Trabalha na chave da contradição hegeliana. Mas, porém, majoritariamente são as categorias da dialética serial⁴, de Proudhon, que ele utiliza como metodologia para suas análises.

Por dialética hegeliana deve-se compreender a dialética dos contrários, ou seja, o movimento de afirmação e negação constantes dentro do pensamento e da matéria e entre um e o outro, numa constante movimento de destruição e afirmação. Grosso modo, geralmente, é definida do seguinte modo: tese – antítese – síntese.

De tal modo, que, a realidade caminhe da afirmação da afirmação, ou seja, o movimento de afirmação da tese, seguido do processo de negação da afirmação, momento de crítica da tese que traz em si os elementos necessários para a afirmação da negação, assim, o momento de afirmação da antítese, tendo de modo latente o momento de negação da negação, por meio do confronto de tese e antítese da negação de ambos e o surgimento de um elemento novo, que é o momento final da suprassunção: a síntese.

Por suprassunção entenderemos aqui o seguinte: manutenção de alguns elementos já existentes (tanto da tese quanto da antítese), exclusão de outros considerados irracionais (tanto da tese quanto da antítese), e adição de elementos novos. Assim, contudo, produz-se a síntese, sendo esta, a produção da “apropriação-destruidora-criadora” dos elementos existentes contrapostos uns aos outros.

Por outro lado, a dialética serial de Proudhon é considerada “a dialética dos distintos”. Com ela Proudhon tenta realizar o que ele mesmo denomina de “a unidade dos distintos”. Esta unidade consiste no objeto ser tido enquanto um “sujeito passivo”, enquanto o EU (ser) é o sujeito ativo. A diversidade existiria tanto na sociedade como na natureza, o que ocorre é uma unidade subjetiva, feita pelo pensamento.

Isso permitiria estabelecer relações lógicas e necessárias entre as coisas. A metodologia de Proudhon faz com que se parta do mais simples, por exemplo, duas ideias antitéticas

⁴ Tanto o debate relativo a dialética hegeliana, quanto o relativo a dialética serial de Proudhon, não poderiam ser findados nesse estudo monográfico. Assim, para uma introdução indicamos a entrevista de René Berthier que utilizamos como fonte: <http://monde-nouveau.net/IMG/pdf/berthier-teoria-politica-e-metodo-de-analise-no-pensamento-de-bakunin.pdf>.

gerais (Liberdade x Autoridade). Estabelecidos duas idéias antitéticas, estas entraria em um movimento circular, ou seja, ora uma se estabelecendo enquanto a preponderante num dado momento em que submete a outra e vice-versa. Porém, sem jamais se destruírem. Tornar-se-ia, então, possível, desvelar a realidade no longo desenvolvimento das sociedades, governos e etc (BERTHIER, 2014). Portanto, para Ferreira, o movimento metodológico de Bakunin, ao se apropriar da dialética serial é vista através desse conjunto de categorias contrapostas:

Série de Categorias Dialéticas:	
Autoridade x Liberdade	
Natureza x Sociedade	
Trabalho Instintivo x Trabalho Racional	
Teologia (ideal) x Humanidade (material)	
Estagnação x Progresso	
Reação x Revolução	
Destruição x Criação	
Tabela 1: conceitos da dialética serial (FERREIRA, in BAKUNIN, 2014, p.42)	

Esta série de categorias é a expressão das relações lógicas que devem ser identificados e traçadas nas forças distintas dentro da sociedade. Traçam-se os elementos conflituosos e assim, estabelece-se sua crítica as instituições de autoridade, tais como: a Igreja, o Estado e o Capital. Pois

a aplicação da dialética proudhoniana (autoridade-liberdade) à análise do mundo e da política mundial. Ele identifica e desdobra o uso de oposições dialéticas como Teologia (Autoridade)x Humanidade (Liberdade), Igreja/Estado x Associação Livre, para questionar a tese do inatismo. A dialética autoridade-liberdade é, assim, uma oposição abstrata que vai se materializando em instituições históricas (FERREIRA, in BAKUNIN, 2014, P. 38).

Portanto, para Ferreira, outro elemento metodológico essencial, dentro do pensamento de Bakunin, é, apesar de muita influência do idealismo alemão, a dialética serial de Pierre-Joseph Proudhon.

2.5. SOCIEDADE/SOCIOLOGIA

Sociedade, ou seja, o estudo sociológico, é central no pensamento de Mikhail Bakunin. Sendo o espaço por excelência dos conflitos, em que, a série de categorias dialéticas podem

ser observada. Então a outra base constitutiva, no pensamento de Bakunin, é a centralidade do conceito de sociedade. Afirma Ferreira, que:

A ideia de sociedade é assim uma categoria ontológica (pois ela diz respeito à teoria do ser e do sujeito em Bakunin) e política. Dessa perspectiva, ele considera que, sendo a sociedade parte do mundo material e criadora das formas e pensamentos e instituições, ela deve ser a protagonista dos processos revolucionários. (...) A centralidade da ideia de sociedade e de coletividade no plano ontológico e teórico vai se expressar, no plano político, na ideia de revolução social. É por isso que chamamos a concepção de Bakunin de materialismo sociológico (FERREIRA, in BAKUNIN, 2014, p.42-43).

Portanto, a sociedade entra como um elemento constitutivo da metodologia bakuniniana. A realidade dos homens tem necessariamente o vínculo com o social posto, isto é, a organização social em que realizam-se as ações e pensamentos de determinado sujeito histórico. Para Bakunin, portanto, na interpretação de Ferreira, não existe humanidade fora da sociedade. Expurgando de sua análise as forças divinas e, também, rompendo com as explicações que se pautam numa “natureza humana” ou numa “essência”.

2.6. CONSIDERAÇÕES SOBRE FERREIRA: BAKUNINISMO, ISTO É, O MÉTODO MATERIALISTA SOCIOLÓGICO É O ANARQUISMO?

A definição de anarquismo realizada por Ferreira é que este seria, na verdade, uma teoria. Teoria esta desenvolvida por Mikhail Bakunin, a partir da influência do pensamento, com elementos do idealismo alemão, da sociologia (positivismo francês), mas, sobretudo, do pensamento proudhoniano. Isto pode ser comprovado de várias formas, por exemplo, a oposição federalismo X centralismo – oposição distintiva entre os dois “partidos” na AIT -, segundo Ferreira, que é central nas reflexões bakuninianas.

Em Bakunin, o econômico é determinante em última instância, porém, este produz certas instituições que tornam-se, por sua vez, a partir de uma relativa liberdade, determinantes: como, por exemplo, o Estado e a Religião. Para Bakunin, existe um determinismo econômico em Marx e Engels, pois é estes negariam o problema da “determinação/ indeterminação relativa (FERREIRA, in BAKUNIN, 2014, p. 50)”, do pensamento bakuniniano. Isso produziria uma série de problemas na escola do comunismo alemão, tais como: industrialismo, centralidade e superioridade do operariado industrial:

O estado político de cada país (...) é sempre o produto e a expressão fiel da sua situação econômica: para mudar o primeiro só é necessário transformar esta última. Todos os segredos das evoluções históricas, segundo o Sr. Marx está lá. Ele não toma em consideração os outros elementos da histórica, tais como a reação contudo evidente, das instituições políticas, jurídicas e religiosas sobre a situação econômica. Ele diz: “A miséria produz a escravidão política, o Estado”; mas não se atreve a revirar esta frase e a dizer: A escravidão política, o Estado, reproduz por sua vez e mantém a miséria, como uma condição de sua existência; de modo que para destruí-la miséria, é preciso destruir a miséria, é preciso destruir o Estado (BAKUNIN, 2014, p.50).

Expressa-se, sobretudo, o componente distintivo de Marx e Bakunin e o ponto inaugural da “anarquia”. O elemento da produção de uma determinação relativa dos produtos de uma determinação central, fazem com a reflexões do papel do Estado seja tão preocupante para um processo revolucionário como o capitalismo, pois, teria a capacidade de fazer reproduzir este último, assim reproduzir a miséria e estabelecer no lugar de uma revolução a própria reação.

Assim, a conclusão de Ferreira é que este método que ele denomina de materialismo sociológico é o produto do pensamento crítico que possibilita a análise anarquista do mundo, ou seja, que possa levar a cabo uma crítica da autoridade/dominação/exploração do Estado capitalista e das categorias dialéticas dentro da Sociedade. Pode, também, estabelecer o reconhecimento do caráter criador na sociedade humana e o protagonismo dos grupos dominados. Compreender que é a revolta o fator do desenvolvimento e progresso histórico em termos ontológicos. Portanto, o anarquismo, produzido por Bakunin, além de uma ação em conjunto das massas operárias, é também, um método de análise da sociedade e da história. Consecutivamente, os anarquistas, são aqueles que realizam e levam a cabo com toda sua intensidade esta visão de mundo.

3. FELIPE CORRÊA: UMA EXPRESSÃO DO ANARQUISMO ESPECIFISTA

Felipe Corrêa, editor, pós-graduado pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, mestrado pela USP, em *Participação Política e Mudança Social* pela *Escola de Artes, Ciências e Humanidades* (EACH), cujo a dissertação se tornou o livro “*Bandeira Negra: Rediscutindo o Anarquismo*” publicado pela Editora Prismas, será a base dos estudos dessa sessão. Atualmente faz doutorado pela UNICAMP. Agora dedica-se em tempo integral à pesquisa, trabalhando como professor convidado no curso de Gestão de Políticas Públicas da EACH-USP. Pesquisador vinculado ao *Instituto de Teoria e História Anarquista* (ITHA) estuda, principalmente, segundo o próprio currículo lattes do autor, os seguintes temas:

anarquismo, marxismo, socialismo, movimentos sociais, movimentos populares, lutas sociais e populares e o movimento operário.

3.1. OS QUE JÁ DISCUTIRAM SOBRE ANARQUISMO

Seguindo um percurso inaugural similar a de Ferreira, Felipe Corrêa faz um levantamento sobre as múltiplas perspectivas que se propuseram a estudar objetivamente o anarquismo. Porém, diferente de FERREIRA, que sintetiza três escolas de pensamento que discutiram o tema, Corrêa aponta e se debruça sobre sete diferentes perspectivas, sendo essas:

- Paul Eltzbacher em seu livro *Der Anarchismus*, sendo uma obra que se destaca pelo por ser a pioneira, escrita e publicada no ano de 1900;
- Max Nettalu, cuja obra inicialmente composta nove volumes, depois resumida e traduzida em 1935 para várias línguas com o título: em espanhol *La anarquía através de los tiempos*, em francês *L'Histoire de L'Anarchie*, em inglês *A Short History of Anarchism*;
- George Woodcock e sua obra publicada em 1962, *Histórias das Ideias e Movimentos Anarquistas*. Traduzido para diversas línguas, tendo influência dentro e fora das universidades, uma referência comercial e presente em boa parte da bibliografia sobre o assunto;
- James Joll, acadêmico britânico, que em 1964, publicou *Anarquia e Anarquismos*, obra influente em várias línguas;
- Daniel Guérin, intelectual e militante anarquista francês, publicou em 1965 o livro *Anarquismo: da doutrina à ação*, traduzido para várias línguas e ganhou maior notoriedade após receber um Prefácio feito por Noam Chomsky;
- Peter Marshall, acadêmico simpático ao anarquismo, publicou em 1992 o livro *Demanding the Impossible: a history of anarchism*, causando um impacto considerável nos países de língua inglesa;
- Iain McKay, através de um esforço surgido na internet, publicou uma obra denominada *Anarchist FAQ* em 1995, que em 2007 foi publicado em formato de livro impresso. Apesar de não ter ingressado, significativamente, no meio acadêmico, foi traduzido para vários idiomas e exerce uma relativa influência.

Expostos os autores mais influentes, Corrêa começa o trabalho de análise e crítica das obras. Passando de uma a uma, por sua descrição e posteriormente pela crítica.

3.1.1. ELTZBACHER

O início da obra deste autor é dedicado à notória problemática desse objeto de estudo, o “anarquismo”. No primeiro capítulo existe a indagação das diversas e contraditórias definições, assim como, a necessidade de uma solução conceitual. Porém, como fazê-lo, era um problema. Poderia o autor ter seguido a “auto-identificação”, mas não. Deveria antes ir categorizando tal ou qual o autor, com algum conceito determinado de anarquismo.

A solução de Eltzbacher foi escolher os autores a partir de uma indicação, dada por autores e militantes comprometidos com o estudo do anarquismo. Por este método, chegou ao que ficou conhecido como os “sete sábios”, sendo eles: William Godwin, Pierre-Joseph Proudhon, Max Stirner, Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin, Benjamin Tucker e Liev Tolstoi. Definido o problema do recorte, Eltzbacher os analisou através da ótica do Direito, da crítica ao Estado e à propriedade, para estabelecer as semelhanças e ponto em comum, para assim, definir uma conceituação adequada

A sua obra tem a seguinte estrutura teórica; primeiro uma discussão metodológica, depois definição das categorias e uma análise da produção teórica de cada um dos autores selecionados e, por fim, termina pelo estudo comparativo em que chega à conclusão de que a definição de anarquismo é tão somente *oposição do Estado no futuro* (CORREA, 2015).

3.1.2. MAX NETTLAU

Primeiramente, não existe em Nettlau uma definição clara do que seja anarquismo. Para tanto, em sua obra, o leitor teria que fazer um esforço lógico de juntar os autores, lugares e a linha geral de similaridade para chegar a alguma definição. Seu foco é a Europa, num período histórico extenso. O primeiro capítulo inicia-se na Grécia antiga, mais especificamente, tratando de Zenão (333-264 a.c.) e o livro termina abordando o anarquismo da Internacional Sindicalista de 1922-1934.

Ao longo do livro uma série de momentos históricos são percorridos, tais como acontecimentos libertários antes de 1789 e, após essa data, são ressaltadas as obras de “Godwin, Robert Owen, Willian Thompson, Fourier (CORREA, 2015, p. 61)”, além de várias experiências e das obras de outros autores, incluindo, principalmente Proudhon e de seus seguidores. Aborda uma série de intelectuais alemães como Stirner, Dühring, Landauer, assim

como o grupo *L'Humanitaire* francês. Enfoca os movimentos libertários até 1870, passando pela Associação Internacional dos Trabalhadores, Bakunin, a luta interna dentro dessa organização contra o centralismo. Passa pela Internacional Antiautoritária, além das origens do anarcocomunismo entre 1876 e 1880.

A história do anarquismo, para Nettlau, é inseparável de uma história de todas as evoluções progressivas da liberdade na história humana, sendo assim necessário, procurar os momentos históricos em que tais avanços ocorrem. Anarquismo, assim seria então uma “aspiração à liberdade”, assim como, “a consciência e a aspiração de uma existência de liberdade e bem estar para todos (CORRÊA, 2015, p.62)”.

3.1.3. WOODCOCK

A obra de Woodcock é dividida em duas partes:

1ª) A parte teórica do anarquismo, em que debate-se uma gama variada de temáticas, a partir de uma série de autores, tais como: Eltzbacher, Sébastien Faure, Buenaventura Durruti, Thoreau, More, Ghandi, Huxley e Percy. A explicação decorre do problema etimológico do termo “anarquia”. O autor aponta seu surgimento, enquanto termo, na Revolução Francesa e, como em Proudhon, o conceito ganha um sentido positivo. Além disso, sua definição de anarquismo seria: os anarquistas são os contestadores contra a autoridade, enquanto alguns lutam contra ela. Sendo também fundamentada, a definição, pela defesa da substituição do Estado, por alguma forma de cooperação de indivíduos livre. Para Woodcock:

O anarquismo caracteriza-se, assim, por uma crítica da sociedade presente, fundamentada na autoridade, e, mais especificamente, no Estado, uma proposta de sociedade futura e uma estratégia de transformação social que poderia ou não ser violenta (CORRÊA, 2015, p.62).

Apresenta então, uma árvore genealógica do anarquismo, a partir dos estudos de Kropotkin, Nettlau e Rocker. Assim como Nettlau, abrange um período histórico gigantesco, de pensadores como Zenão (Grécia Antiga), em que, até mesmo Cristo, seria um anarquista, seguindo assim pela sorte mais variada de críticos.

2ª) A parte histórica é um estudo sobre o que poderia ser a internacionalização do anarquismo e, o estudo do desenvolvimento do anarquismo nos países latinos e na Rússia.

3.1.4. JAMES JOLL

Este autor também toma a opção de estruturar sua obra em duas partes, uma para tratar de teoria e outra de prática. A primeira parte, que trata do pensamento, visa um histórico do desenvolvimento das lutas pela liberdade e o surgimento do socialismo, incluindo aí, anabatistas, Rousseau, a prática dos *sans-culottes* e os *enragés* na Revolução Francesa, assim como, da Conspiração dos Iguais, entre outros. Traça, também, um estudo das obras de Bakunin e Proudhon. A outra parte, desenvolve uma análise das práticas anarquistas, por meio da análise da “propaganda pelo fato”, entre os anos de 1880 e 1890.

Para Joll o anarquismo é herdeiro da fé religiosa dos anabatistas e herdeiro da filosofia racional. “O anarquismo, imerso nessa contradição entre razão e emoção, é definido a partir da busca da transformação social e da crença na racionalidade humana e na possibilidade de aperfeiçoamento humano (CORREA, 2015, p.64)”.

3.1.5. GUÉRIN

Divide a estrutura de sua obra em três partes: 1ª) discute as ideias-força do anarquismo e seus princípios; 2ª) qual a proposta do anarquismo sociedade; 3ª) qual a prática dos anarquistas, através de um estudo de três processos revolucionários (Revolução Russa, Conselhos operários e Revolução Espanha) e nos atentados terroristas de 1880 à 1914.

O anarquismo, para ele, é uma corrente do socialismo que defende, similarmente aos outros socialistas, a luta contra a exploração, e diferentemente deles, a posição de que o Estado não é um meio para se atingir à liberdade, à qual só se pode chegar por meio de práticas libertárias (CORREA, 2015, p. 64).

Assim como, tem princípios norteadores a luta contra o Capital, o Estado e a democracia burguesa, possui também, a crítica ao socialismo “autoritário”, o princípio da defesa das energias individuais e das massas e, seus aspectos construtivos, tais como, a autogestão e o federalismo, pautado pelo internacionalismo e pelo anti-imperialismo. A referência geral de Guérin é Proudhon e Bakunin.

3.1.6. MARSHALL

Bem mais recente que os outros estudos temos o livro de Marshall, publicado em 2010. Divido em sete partes. Parte de um estudo das posturas advindas do senso comum sobre o tema do anarquismo e seus traços gerais. Debate os percussos do anarquismo, voltando ao taoismo, budismo, Grécia antiga, passando, inclusive, por uma sorte variada de momentos e acontecimentos, chegando ao Iluminismo. Estuda os grandes libertários do Ocidente, discutindo, “os doze grandes do anarquismo: Godwin, Stirner, Proudhon, Bakunin, Kropotkin, Reclus, Malatesta, Tolstoi, individualistas e comunistas americanos, Emma Goldman, os comunistas alemães e Gandhi (CORRÊA, 2015, p. 65)”.

Além do que, estuda a ação anarquista e o anarquismo moderno da Nova Esquerda em diante, assim como, a nova direita (anarcocapitalistas) e um enfoque sobre Murray Bookchin. Conclui o debate com a relação entre meios e fins e a relevância do anarquismo.

Teoricamente, Marshall afirma que não se pode definir o anarquismo por esse ser antidogmático, porém, mesmo assim elabora uma definição ampla, em que seria um modo de vida e uma filosofia social. Cujo central seria o ideal de liberdade pessoal e social:

O anarquismo é, assim definido, como uma filosofia antidogmática, que se fundamenta na crítica da dominação – envolvendo a autoridade, a hierarquia, o Estado, o governo – e na defesa de uma sociedade libertária e igualitária, que implica descentralização, autorregulação e a federação de associações voluntárias (CORRÊA, 2015, p.66)

3.1.7. MCKAY

Também é um trabalho recente, de 2008. Um estudo de definição conceitual, seguido das críticas anarquistas à sociedade (capitalismo, Estado, ecologia, política). Responde negativamente a pergunta se o “anarcocapitalismo” é um anarquismo. Utiliza-se de um vasto material de referência. Aponta como o anarquismo, além de ter uma forte crítica, é também uma proposta construtiva. McKay define o anarquismo como uma teoria, diferenciada das ideologias leninistas ou liberais.

A teoria anarquista, segundo ele, implica uma oposição radical à hierarquia e, portanto, ao capitalismo e ao Estado, e busca criar uma sociedade socialista, sem

governo, fundamentada, nos interesses coletivos, na liberdade e na solidariedade (CORRÊA, 2015, p. 67).

Esses são, resumidamente, os sete autores de referência que Corrêa estuda. Então, chegando ao fim da exposição inicial, o autor parte para a crítica as posições existentes. Aqui faremos o movimento de expor as críticas elaboradas no final do primeiro capítulo do livro *Bandeira Negra*, nas sessões que Corrêa denominou de “*A problemática metodológica e conceitual dos estudos de referência*”, assim como, do capítulo “*Balço dos Estudos de Referência*”. A primeira parte é elucidar as proposições gerais, a segunda é a conclusão geral.

3.2. OS TRAÇOS COMUNS NOS AUTORES DE REFERÊNCIA

Como características generalizantes dos estudos de referência, podemos pontuar, a partir de Corrêa, que alguns autores traçam uma definição “a-histórica” do anarquismo, outros, utilizam uma base “etimológica” para embasar seus estudos, outros, por outro lado, traçam um sinônimo de anarquismo com anti-estatismo. Historicamente, alguns colocam um início no anarquismo, a partir do século XVIII, pautando-se na filologia do “termo” para reconstruir a história do anarquismo.

Outros, por outro lado, já pontuam o anarquismo como sendo um produto do século XIX, fruto de um debate dentro do campo socialista, impulsionado pelos tensionamentos sociais advindos da grande produção capitalista de mercadorias e da miséria social. Há também os autores que conceituam o anarquismo como sendo uma “antítese do marxismo”, assim como, há uma grande parcela que defende uma incoerência interna no anarquismo e, que esse, já havia sido findado em 1939, utilizando da retórica de que seu impacto, nunca foi relevante, além de restringir-se somente aos países do Atlântico Norte.

Os autores considerados como metodologicamente ahistóricos, são aqueles cujo leque histórico de análise do anarquismo resulta em milênios, sendo estes, Woodcock, Nettlau e Marshall. Esse fenômeno ocorre dentro dessas abordagens, impulsionados por uma definição bastante ampla de “anarquismo”, assim, uma história disso que é denominado anarquismo necessita de um estudo de vários personagens de longínquos contextos históricos, passando, em última instância, por toda a história universal. Aqui, anarquismo seria o mesmo que luta contra a autoridade e “sempre teria existido (CORRÊA, 2015, p. 70)”.

Os autores que se valem da análise etimológica, são, Guérin, Woodcock, Marshall e McKay. Ela serve de critério para definição do que seria o “anarquismo”.

Incorrem esses autores na raiz grega do termo “an- e arke”, o significado de “contrário à autoridade (CORRÊA, 2015, p.71)”. Destes autores, Guérin é o único que consegue fazer a partir disso uma definição menos ampla e um estudo histórico. Mas, em regra geral, ao se partir disso a análise tende a cair num sentido de negação somente, apesar de Woodcock pontuar seu aspecto construtivo. Existem duas decorrências da análise etimológica; compreender que anarquismo seria “luta contra autoridade”, ou que seria “a luta contra o estado”.

Essa ideia de que o anarquismo é um sinônimo de antiestatismo está presente em Woodcock, Nettlau, porém de modo mais aberto em Eltzbacher, cuja definição de anarquismo corresponde à negação do Estado no futuro.

Enquanto fenômeno do século XVIII, nenhum autor defende abertamente essa posição, porém, quando Eltzbacher define como o primeiro sábio do anarquismo Godwin é decorrente que seria, portanto, um fenômeno do século XVIII.

A utilização do termo anarquia é algo antigo na história da filosofia. Filósofos como Hobbes, Locke e Rousseau, à utilizavam para expressar, num sentido bem negativo, à ausência de governo, ou seja, o caos de uma sociedade sem Estado. Mas é na Revolução Francesa que o termo se populariza; lá ele é usado abundantemente para a desqualificação política dos setores mais radicais. Assim persistiu nos séculos XIX e XX, enquanto interpretação presente no senso-comum e nas disputas políticas.

Porém, no século XIX, Pierre-Joseph Proudhon, em seu livro em que critica o regime de propriedade, dá uma virada no sentido do termo dando-lhe um sentido positivo. Assim, pela primeira vez, o termo que só se remetia ao não, ao contra algo, começou a se tornar um termo de afirmação à algo. Portanto, anarquismo, agora seria também a afirmação de um tipo específico de regime político, sendo uma oposição ao governo dos homens pelos homens.

Mas, mesmo assim, por boa parte do século, mesmo os autores que posteriormente sendo consenso em todos os estudos como “anarquistas”, tais como Bakunin e Guillaume, não reivindicavam o termo. E em contrapartida, alguns daqueles que seriam os inimigos declarados dos ideais de liberdade e de igualdade se utilizam do termo, ao se valerem de um sentido amplo, como por exemplo os “anarcocapitalistas” que o seriam pelo fato de serem “antiestatistas” somente.

Tocando em tal assunto, alguns dos autores de referência remetem o surgimento do anarquismo ao século dezenove. Abertamente é Guérin que defende que o anarquismo seria um produto do século dezenove, sendo um tipo de socialismo, forjado na luta das classes trabalhadoras contra o capital. Porém, contraditoriamente, Joll, que remete a origem aos

anabatistas e outros acontecimentos longínquos, afirma que o anarquismo é um produto do século dezenove. McKay, partilha da posição de Guérin, quando afirma que é um produto da luta dos trabalhadores contra o capital e o Estado. Assim, mais especificamente, apontam que é dentro do movimento dos trabalhadores, dentro da Associação internacional dos Trabalhadores que essa inauguração ocorre.

Existem, também, aqueles que apontam que o anarquismo seria o antônimo/antítese do marxismo. Seria um movimento numa luta contra a sociedade de dominação, sem base classista, posicionando-se contrariamente à redistribuição do poder e da propriedade privada. Isso é rebatido por aqueles que fazem um estudo sério a partir da história da AIT – anarquismo apesar de se diferenciar e em muitos pontos contrapor o marxismo não é seu inverso.

Alguns dos autores de referência estudando o anarquismo como um fenômeno que historicamente estaria superado e que possuiria algumas incoerências internas. No sentido de incoerência, podemos assinalar Eltzbacher, Woodcock, Marshall e Joll, todos esses observaram rara ou nenhuma similaridade entre os vários autores ou projetos do anarquismo. McKay, apesar disso, vê que esse elemento de uma teoria aberta e de vários ramos contraditórios como algo qualitativo e decorre de uma das características centrais, que é o antidogmatismo do anarquismo. E relativo ao termino, teria sido seu maior auge o seu grande ceifador. Pois no processo da Revolução Espanhola, em que o anarquismo conseguiu mais influência e levou a cabo, por pouco tempo seu projeto, ele foi esmagado, grosso modo, pela reação fascista, sendo assim desacreditado como alternativa viável para a sociedade. “De uma maneira ou de outra, os estudos de referência raramente fogem dessas duas afirmações: o anarquismo é incoerente e perdeu sua expressão em 1939, com a derrota da Revolução Espanhola (CORRÊA, 2015, p.84)”.

Resumidamente, os traços presentes nos autores de referência, como um todo, são: ahistoricismo, análises etimológicas, equivalência entre anarquismo e antiestatismo, equivalência à antítese do marxismo, cuja origem pode referir-se a sempre existiu, ou século XVIII, ou século XIX. Cujas causas do surgimento seriam uma emanção da própria natureza humana, ou a revolta contra o Estado, ou revolta contra a autoridade, ou ramo do socialismo, que, como tal, surge do tensionamento dos trabalhadores contra o Estado e o Capital. Enfim, postas as apreciações sobre a temática, podemos partir para a crítica de Corrêa com relações a essas.

3..4. CRÍTICA AOS AUTORES DE REFERÊNCIA

Sem dúvida, todos os estudos de referência tiveram, e ainda têm, um papel marcante nas investigações sobre o anarquismo. São, evidentemente, produções fruto do tempo e do lugar em que foram realizadas. Por isso, seus méritos, que sem dúvida não são poucos, devem ser reconhecidos.

Felipe Corrêa

O autor enfatiza categoricamente que esses autores tiveram um grande papel em seus tempos e que devemos necessariamente reconhecer o papel que tiveram. Isso implica dizer que sem Nettlau e seu papel de divulgação, preservação e arquivamento de vários documentos importantíssimos talvez os estudos históricos sobre os fatos envolvendo os primeiros anarquistas hoje seria inviável. Eltzbacher, para além do que fez em seu estudo, introduziu o anarquismo na academia. E assim por diante, cada autor com sua importância.

Porém, reconhecido os méritos, Corrêa parte agora, por uma necessidade metodológica, para o apontamento dos equívocos, no movimento de limpar o terreno para o estudo mais acertado sobre as definições e sobre a história do anarquismo.

Então, afinal, posto todas essas referências: o que é anarquismo? Quando surgiu?

Em todos os autores há dois traços comuns na definição: a ideia da luta contra a “autoridade” e da defesa e busca da liberdade. Isso incorre em duas coisas: Abarca-se, portanto, um tempo muito amplo além de várias localidades, assim como o próprio emprego do termo autoridade, cujo não foi tratado de modo precisa.

As definições mais amplas abrem esse espaço para compreensão de um fenômeno sem contexto e a-histórico. Mesmo os autores não definindo o categoricamente que o anarquismo seja luta contra a liberdade, reconhecem que ocorreram lutas libertárias e antiautoritária durante toda a história da humanidade. O problema consiste em que, essas lutas, não podem ser consideradas, sem uma depuração, anarquistas. Assim, diferente desses autores, temos que seguir o procedimento metodológico de dar a essas lutas por liberdade e contra a dominação/autoridade uma conceituação mais precisa. Posto isso, Corrêa se apropria do conceito de “fenômeno libertário (CORRÊA, 2015, p.91)”, para enquadrar as ações por liberdade. Porém, os “fenômenos anarquistas (CORRÊA, 2015, p.91)”, sendo também libertários, tem uma maior especificidade, sendo essa, o fato de ser: “essencialmente histórico, que se insere em um contexto determinado, ode ser localizado no tempo e no espaço, e define-se por princípios mais restritos (CORRÊA, 2015, p. 91)”. Para Corrêa, portanto, os fenômenos libertários são a-históricos, mas a ideia de um anarquismo a-histórico está descartada.

Eltzbacher, também possui uma definição ampla, pois, como dissemos mais acima, anarquismo seria a oposição do Estado no futuro. O problema mais candente referente a essa definição é que os adversários políticos encaixam perfeitamente nessa definição. O fato é: o conceito de comunismo é também de uma sociedade sem Estado no futuro. Sendo assim, anarquismo e comunismo são umbilicalmente entrelaçados por essa definição. Mas, porém, para não incorrer em erros, ou em aproximações, tais como Corrêa aponta no livro *Marx Anarquista* de Rubel, de que é necessário uma diferenciação das duas correntes, que, segundo Corrêa, ocorre no âmbito da “discussão sobre estratégias (CORRÊA, 2015, p. 93)”.

O mesmo problema também ocorre com a definição de antiestatismo. Quando o essencial do anarquismo é tido como sendo o antiestatismo, chega-se as aproximações mais improváveis, tais como os ultraneoliberais, autodenominados de “anarcocapitalistas”, cuja posição é o desmonte de toda política de “Bem Estar Social” promovida pelos estados em favor do livre-mercado. Porém, “não é possível resumir uma coisa à outra (CORRÊA, 2015, p. 93)”. Ela também não se distância das proposições de Eltzbacher, que acaba por agrupar dentro de um mesmo termo várias e várias correntes distintas com pouca ou nenhuma similitude.

Existem ainda as definições de crença na racionalidade e progresso humano, através da luta pela transformação social, assim como, uma crítica da sociedade do presente, tendo através da transformação social um projeto de sociedade futura. Essas duas definições, vinculadas a Joll e Woodcock, respectivamente, não fogem muito aos problemas das anteriores. Pois é definido através de conceitos amplos e vagos, tais como transformação social, ou mesmo crítica do presente, ou ainda projeto de futuro. Pois a pergunta que se faz é: qual crítica? E qual transformação social? Poderia dentro, dessa terminologia, abarcar várias vertentes, com pouca ou nenhuma similaridade.

Aponta Corrêa que as definições mais criteriosas são as de Guérin e de McKay. Pois ambos já definem como: “um tipo de socialismo, que se opõe ao capitalismo e ao Estado Moderno (CORRÊA, 2015, p.94)”. Guérin ainda aponta a necessidade de uma estratégia libertária, contra o Estado, pautada no federalismo e na autogestão, sendo, para ambos, um fenômeno originado no século XIX com um contexto específico. Devido a esse fato “Ambas as definições constituem um ponto de partida para estabelecer uma definição adequada de anarquismo (CORRÊA, 2015, p. 95)”.

Relativo aos estudos e análises etimológicas como critério de definição, seu problema centra no fato de que, as conclusões, geralmente, apontam somente para um sentido essencialmente negativo, para a doutrina, ou seja, negação de Estado e/ou autoridade. E o

problema reside no fato de o anarquismo não ser só uma negação, é parte essencial, o fato de ser um projeto coletivo de sociedade. Além do que, as análises etimológicas, geralmente caem em definições amplas de anarquismo. Podemos nos remeter a definições muito longínquas se quisermos ir em busca do termo, da Grécia antiga aos autores do feudalismo e do Iluminismo, assim como uma acusação política. Caso nos pautemos nisso, podemos cair no sentido que o senso comum dá ao termo, que é o caos e a desordem. Portanto, não podemos nos pautar em tão solta apreciação.

Existe também a problemática da autoidentificação. Corrêa não cita o fato, porém, podemos ressaltar que no Brasil, da utilização dos símbolos temos: Cazuza. Se reivindicando temos: Jô Soares. Figuras essas que não tem nada relacionado com a tradição ou mesmo com o projeto de luta contra o capitalismo ou Estado.

Desse modo: “O fato de alguém se considerar anarquista não constitui um critério suficiente para se definir quem são os anarquistas e o que é o anarquismo (CORRÊA, 2014, p.97)”, pois, argumenta Corrêa, na existência de uma tradição anarquista, cuja continuidade deve ser discutida. Então, é necessária uma análise em conjunto tanto das autoidentificações, como os estudos etimológicos, dentro de uma perspectiva histórica do próprio movimento.

Por isso, podem ser considerados anarquistas tanto aqueles que se identificaram como tais, em parte ou durante toda sua vida – e este também é um critério importante, pois uma pessoa pode ser anarquista em parte de sua vida e em outra não -, mas também outros, que nunca se reivindicaram como tais (CORRÊA, 2014, p.97).

Existem outros dois problemas que são ressaltados, o problema relativo a metodologia histórica empregada, assim como, o problema do alcance geográfico, além é claro, do problema relativo a disputa que iremos pontuar. A questão relativa ao problema metodológico, pois, mesmo as obras historiográficas de Guérin e McKay, trabalham com uma história dos grandes homens, assim como uma amostragem restrita de dados e um enfoque geográfico na Europa Ocidental.

Existe uma necessidade, segundo Corrêa, de fazer um estudo tanto que quebre com o eurocentrismo, além não cair na história dos grandes homens. Esses estudos que incorrem nesses problemas apresentados estão dentro do leque dos autores que de algum modo eram simpáticos ao anarquismo, pois, existe, por exemplo, os trabalhos feitos por seus adversários políticos.

Tal é o caso dos trabalhos de marxistas, em que, afirmações como incoerência, conteúdo pequeno-burguês, sectarismo, aventureirismo, em que,

Tais afirmações, repetidas ao longo da história intermináveis vezes, além das leituras do anarquismo feitas por meio das posições de seus adversários, ou mesmo de seus inimigos, terminaram por ser incorporadas ao universo acadêmico, quanto político (CORRÊA, 2014, p.99).

A conclusão de Corrêa é que geralmente, a causa comum dos equívocos teóricos, mesmo das calúnias, é que se baseiam nos estudos com poucos dados e geograficamente limitados, sem incluírem e levarem em conta seus principais autores e momentos mais importantes. Assim, é necessária uma metodologia que tenha como meta o estudo sistemático dos autores e ações do anarquismo, para assim se redefinir o conceito e recontar sua história.

3.5. METODOLOGIA DE CORRÊA E SUA REDEFINIÇÃO DE ANARQUISMO

A metodologia que Corrêa utiliza é o da história vista por baixo, embasado num método que visa o levantamento de uma ampla quantidade de dados que, consecutivamente, abrange uma ampla área geográfica e histórica – com ênfase nos autores e militantes vinculados a corrente. O método histórico, intitulado nova história do trabalho, enfatiza, também, as formas culturais e organizações formais e informais dos trabalhadores. Pois a história do anarquismo e dos anarquistas, esta umbilicalmente vinculada aos contextos históricos e movimentos e lutas das classes dominadas. Pois, então, a origem do anarquismo está nas posições e movimentos das lutas das classes dominadas.

Parece necessário, por isso, priorizar os autores que tiveram uma relação mais íntima com esses movimentos e lutas, e cujas influências se disseminaram mais geralmente entre as massas que terminaram por constituir, historicamente, o corpo do anarquismo (CORRÊA, 2015, p.107).

Somada a essa perspectiva, Corrêa se centra no método de totalidade e interdependência. Compreende-se por totalidade, no pensamento de Corrêa, a análise que tem por definição o estudo da forma e do conteúdo do objeto, enquanto partes indissociáveis do objeto do estudo.

Isso implica no estudo, portanto, não ser possível a definição de anarquista só pela forma, ou seja, pela própria utilização do termo. E mesmo o conteúdo sem a forma, ou seja, a utilização do termo podendo ser enquadrado como tal, faz com que a forma seja, mesmo com outro nome, enquadrada como anarquista. Isso sendo central, pois, para Corrêa, “o anarquismo desenvolveu-se, principalmente, a partir de seus vetores sociais, dentre os quais se encontra o sindicalismo de intenção revolucionária (CORRÊA, 2015, p.109)”, sendo esse tanto o sindicalismo revolucionário quanto o anarcosindicalismo.

Nisso fica explícito, que o estudo será pautado então pela historicidade vista de baixo, e o que é levado em conta, tanto na forma quanto no conteúdo. Para Corrêa, estudar o anarquismo a partir de grandes cabeças é deshistorializá-los, pois essa ideologia enquanto um fenômeno social tem sua história na luta de classes não nos gabinetes, livros ou cabeça de qualquer anarquista ou não. Assim sendo, a tradição anarquista, sempre esteve vinculada as lutas populares. E “só pode ser devidamente compreendido por meio das complexas relações com seus vetores sociais; ele é tão indissociável dos anarquistas, quanto das lutas sociais. (CORRÊA, 2015, p.110)”.

Além do que, o anarquismo, deve ser compreendido em suas proposições negativas-destrutivas e positivas-construtivas, sempre vinculadas. O anarquismo quer destruir à medida que quer construir, isso é indissociável.

Outro elemento importante para a metodologia de Corrêa é o que chama de teoria da interdependência das esferas. Essa teoria consiste, a partir dos estudos dos textos da Federação Anarquista Uruguaia (FAU) e compilados de ROCHA, 2009. É possível, dividir, em três grandes esferas que constituem a totalidade sistêmica, ou seja, como é composta sistematicamente as sociedades. Estas esferas seriam: esfera econômica, esfera política/jurídica/militar e a esfera cultural/ideológica.

Segundo Corrêa, a esfera econômica se caracteriza por: Economia é referente

ao mundo do trabalho, da produção e da circulação de bens produtos, riquezas e serviços; trata das condições materiais e ainda de bens não tangíveis de desenvolvimento e existência mesma da sociedade e como se dá a partilha ou concentração do produto sociall. Trata-se de uma esfera que abarca produção, distribuição e consumo dos bens de uma sociedade determinada (CORRÊA, 2015, p. 111).

Já a esfera política/jurídica/militar abarca os níveis em que estão as decisões gerais na sociedade. Aqui estão enquadrados os partidos, o Estado em sentido macro e as organizações

das forças sociais e, também o lugar em que se dá o enfrentamento entre os dominados e dominantes. O jurídico é a parte dessa esfera que é o foro dos foros, normas e instâncias reguladoras e punição na sociedade.

“Não se deve confundir necessariamente o direito com a lei, a defesa com a advogado e o acordo normativo (ex. uma base estatutária) com a definição de leis (CORRÊA, 2015, p.112)”. Já o militar, é a parte da esfera relativa ao emprego da força, sistemática ou não, abrangendo o emprego da violência e repressão, assim como, o possível enfrentamento enquanto resistência a opressão.

Na esfera cultural/ideológica, a cultura, na definição enquanto parte dessa esfera, estão crenças e normas compartilhadas dentro de uma sociedade, conhecimentos, que envolvem arte, costumes e hábitos. Já a ideologia, diz respeito a

tudo o que circula no campo das ideias, das subjetividades, das conotações que não são materiais, ao nível do simbólico e das representações. Faz parte daquilo que seria o inconsciente coletivo e também do que transcende o material. Os sentimentos de religiosidade e o mundo das utopias e das aspirações do ser humano se encontram neste nível. Os conteúdos das mensagens, a estética e valores contidos na comunicação e na cultura também estão neste nível (CORRÊA, 2015, p.112).

Sobre as esferas e suas relações Corrêa, considera que

essas três esferas interdependentes implica assumir que elas constituem uma totalidade em que o todo não poder resumido à soma das partes e as mudanças em uma dessas esferas implicam modificações no todo; implica também que não há determinação, obrigatória e necessária, de uma esfera em relação À outra, que se possa estabelecer de antemão. Essa determinação só pode ser identificada a partir de análises de contextos específicos. As esferas possuem, por isso, autonomia relativa umas em relação às outras.

As relações sociais que se dão nas esferas implicam um dinamismo, uma mudança permanente e um processo histórico correspondente; o sistema não constitui um organismo, no sentido funcionalista, e, por isso, oferece espaço para a mudança e a transformação. Considero que a ação humana, mesmo que sofrendo influência das estruturas sistêmicas, tem condições de modificá-las (CORRÊA, 2015, p.112-113).

Frente a isso, Corrêa propõe uma articulação não determinista e nem voluntarista, em que o modo como cada esfera existe e está articulada com as outras define a própria sociedade. Corrêa define que seu sistema não cai em um —voluntarismo—, ou seja, que a ação individual fará com que a sociedade se modifique, mas deixa a vírgula em aberto para que os homens,

em sua ação tenham também a possibilidade de modificação e interação com as esferas existentes.

Portanto, o método de Corrêa é da história vista de baixo, utilizando-se do conceito de totalidade e da teoria da interdependência das Esferas.

Por fim, Corrêa, traça um dicionário de conceitos⁵:

- **Ideologia:** Conjunto de pensamento e ação fundamentado em preceitos éticos que orienta comportamentos políticos coletivos, pautados em estratégias determinadas. Similar à doutrina política.

-**Estratégia:** Meios mais eficazes para se atingir objetivos e, por consequência, um caminho, constituído a partir de táticas, por meio do qual se desenvolve a intervenção política em conflitos determinados.

-**Força Social:** Conglomerado grupal, com interesse coletivo (geralmente, uma situação comum de classe), que implica certo grau de capacidade e de vontade para atuar na busca desse interesse, e que atua efetivamente – aplica-se na realidade social – em função desse interesse.

-**Poder:** Relação social concreta e dinâmica entre diferentes forças assimétricas, na qual há preponderância de uma (s) força (s) em relação à outra (s). Encontra-se em todos os níveis e todas as esferas da sociedade e fornece as bases para o estabelecimento de regulações, controles, conteúdos, normas sistemas, que possuem relação direta com as tomadas de decisão

-**Dominação:** Relação hierárquica que pode ocorrer nas três esferas da sociedade e institucionalizar-se com uns decidindo aquilo que diz respeito a outros e/ou a todos. Explica as desigualdades estruturais, envolve relação de mando/obediência entre dominador/dominado, alienação do dominado, entre outros aspectos. É o fundamento básico das relações de classes, ainda que não possa ser reduzida à dominação de classe. Sua aplicação generalizada implica um sistema de dominação.

-**Autogestão:** Relação social, antítese da dominação, que implica a participação nos processos decisórios que proporcionalmente ao quanto se é afetado por eles, pessoal, grupal ou coletivamente, nas três esferas. Sua aplicação generalizada implica um sistema de autogestão, caracterizando como uma sociedade igualitária/libertária, sem classes sociais e sem outros tipos de dominação.

-**Classes sociais:** Agrupamentos humanos históricos de relativa homogeneidade entre si, naquilo que diz respeito a aspectos atributos ou elementos distribuídos desigualmente numa determinada sociedade, agregados pelas similaridades na assimetria de distribuição de bens materiais, imateriais, em termos quantitativos ou qualitativos. Sempre ligadas à existência de outras classes sociais, dizem respeito às desigualdades estruturais consistentes e estáveis, e não às desigualdades não – consistentes ou circunstanciais. São definidas a partir da dominação

(CORRÊA, 2015, pp. 118-119)

Apesar de Corrêa não ser tão específico quanto à definição da teoria que irá utilizar aqui, o autor, através de seus estudos deixa explícito que teoria é o conjunto de ferramentas metodológico-conceituais que é empregado no estudo sistemático do real. Sendo, portanto, não subordinado a ideologia ou cultura, apesar de o autor não defender a possibilidade de uma neutralidade teórica. Portanto, teoria, é o conjunto de ferramentas para o estudo do real, se apropriando de elementos de várias matrizes distintas.

⁵ Optamos por uma citação tão extensa devido o caráter rigoroso que o autor da a definição conceitual, para não adulterar o significado e a definição.

3.6. Felipe Corrêa redefine o anarquismo

Eis, portanto, que adentramos ao central do debate de Corrêa: no que consiste o anarquismo? A resposta mais resumida que esboça, logo de início, é:

O anarquismo é uma **ideologia** socialista e revolucionária que se fundamenta em princípios determinados, cujas bases se definem a partir de uma crítica da **dominação** e de uma defesa da **autogestão**; em termos estruturais, o anarquismo defende uma transformação social fundamentada em **estratégias**, que devem permitir a substituição de um sistema de dominação por um sistema de autogestão (CORRÊA, 2015, p. 117).

Além dessa definição mais genérica, o autor vai ressaltar os elementos de que, é uma relação entre tipos específicos de ações das classes dominadas e das interpretações e teorias de distintos teóricos. Essas práticas e teorias teriam que ter por finalidade o acúmulo de força social para realizar a substituição de um modelo de sociedade dominante por um modelo autogestionário. O agente para a realização desse projeto são as classes dominadas concretas – sendo produto de um tempo e lugar específico.

O capítulo referente a definição (ou redefinição) de anarquismo presente no estudo de Corrêa, esboça um longo debate relativo aos conceitos por ele utilizado. Uma análise sistemática desse estudo conceitual seria de grande valor acadêmico, porém, decorrente de nosso estudo ser uma monografia, faremos o recorte de extrair somente os elementos que mais nos interessam.

Para o autor, o anarquismo seria uma ideologia, o que implica dizer que é um conjunto de ação e pensamento orientados por preceitos éticos, que produzirá um específico comportamento político coletivo. Ideologia, nesse sentido, possui certa relação com a teoria, sendo teoria —*um corpo sistemático e articulado de categorias e conceitos que tem como objetivo conhecer a realidade*; —a teoria é um instrumento, uma ferramenta, serve para fazer um trabalho, serve para produzir o conhecimento que necessitamos produzir (CORRÊA, 2015, p. 125)¶, mas não se resumindo à ela.

Corrêa se baseando na distinção entre ideologia e teoria realizada, entre outros autores, por Malatesta; que é característica do anarquismo uma certeza ideológica, referente aquilo que lhe é essencial - vontade de transformação social, numa chave estratégica determinada e almejando um objetivo determinado-, somada à uma dúvida teórica permanente, ou seja, à uma ânsia de conhecimento e de uma apropriação de elementos teóricos variados, o que

implica a utilização de ferramentas teóricas desenvolvidas não necessariamente por anarquistas.

O anarquismo é uma ideologia composta de três grandes partes, interrelacionadas, guiada por princípios político-ideológicos. Essas três grandes partes são:

Crítica a dominação: A dominação cujo anarquismo levanta sua crítica, centrada nas dominações capitalistas e pré-capitalistas, sendo relativo as dominações de tipo senhorial e feudal que, principalmente em países subdesenvolvidos e no campo - persistente mesmo em momentos em que o capitalismo já estava avançado em algumas partes do mundo – e, da dominação política exercida pelo Estado (através de coerção ou não), além de outros tipos de dominação que o anarquismo faz o esforço de reunir numa crítica à dominação de maneira geral, sendo essas: a dominação imperialista, de gênero ou de raça. Assim, o anarquismo busca, através de bases classistas, fazer a crítica contra todos os outros tipos de dominação.

Defesa da autogestão: Autogestão - que no estudo de Corrêa tem suas origens na defesa do federalismo econômico e político do movimento operário do século XIX - deve-se entender o sistema de participação mais amplo tanto da gestão política da sociedade como dos modos de produção, sendo, na visão dos anarquistas, a base de um sistema de liberdade e de igualdade. Assim, significa que os órgãos de decisão terão seu poder na mão do povo para gerir suas comunas e federações, implicando dizer, democracia direta da comuna e gestão operária das fábricas, num regime de propriedade coletiva. Posto esse significado mais básico, Corrêa defende que a autogestão se dá pela aplicação de um poder, de tipo autogestionário, que confluirá pelas três esferas – em oposição aos regimes de dominação vigente. Adiantando, temos já um esboço do desenho estratégico que pensa Corrêa e uma ligação umbilical entre autogestão a crítica à dominação.

Estratégia fundamental: Pautado no movimento das classes dominadas como um todo, ou seja, muito além do proletariado urbano-industrial, sendo elas, “trabalhadores das cidades e dos campos, assalariados, precarizados, desempregados, marginalizados e pequenos proprietários (CORRÊA, 2015, p. 171)”. Compreende-se que não existe uma estrutura rígida e absolutamente determinante, e que cada momento histórico produz a seu modo os sujeitos revolucionários. Em última análise, o sujeito revolucionário é criado em longos processos de construções, mobilizações e lutas, implicando vitórias e derrotas, não sendo dado *a priori*. Porém, partindo sempre dos sujeitos dominados.

A estratégia de luta agrega um triplo caráter: um projeto crítico à dominação em suas várias facetas, direcionado à construção da autogestão generalizada que tenha no conjunto de táticas adotadas para construção do projeto, uma coerência entre meios e fins. Deve-se entender que o elemento então é fomentar uma força social crítica a dominação, que crie um

poder autogestionário, cujos meios não podem fugir a coerência geral do anarquismo, algo que o autor considera central para ação de qualquer anarquista. Grosso modo, o anarquismo não pode se utilizar de meios autoritários, como o fascismo, ou seja, não pode utilizar práticas políticas autoritárias. Também aplica-se o fato de não poder ser estatista para quebrar o Estado.

Isso implica que o projeto de Revolução Social, deve estar dentro dessa tripla chave de modo que atue articulado nas três esferas, e que, mantenha a coerência com suas finalidades autogestionárias. Assim, não pode ser autoritário, estatista, dogmático, e deve ter como meta a luta pela libertação dos sujeitos dominados.

Articulado com essa tríade, o anarquismo possui princípios político-ideológicos⁶, sendo esses:

Ética e valores

A defesa de uma concepção ética, capaz de subsidiar críticas e proposições racionais, pautada nos seguintes valores: liberdade individual e coletiva; igualdade em termos econômicos, políticos e sociais; solidariedade e apoio mútuo; estímulo permanente à felicidade, à motivação e à vontade.

Crítica da dominação

A crítica das dominações da classe – constituídas por exploração, coação física e dominações político-burocráticas e cultural-ideológicas – e de *outros tipos de dominação* (gênero, raça, imperialismo, etc.)

Transformação social do sistema e do modelo de poder

O reconhecimento de que as estruturas sistêmicas fundamentadas em distintas dominações constituem sistemas de dominação e a identificação, por meio de uma crítica racional, fundamentada nos valores éticos especificados, de que esse sistema tem de ser transformado em um *sistema de autogestão*. Para isso, torna-se fundamental a transformação do modelo de poder vigente, de um *poder dominador*, em um *poder autogestionário*. Nas sociedades contemporâneas, essa crítica da dominação implica uma *oposição clara ao capitalismo, ao Estado e às outras instituições* criadas e sustentadas para a *manutenção da dominação*.

Classes e luta de classes

A identificação de que, nos diversos sistemas de dominação, com suas respectivas estruturas de classes, as dominações de classe permitem conceber a *divisão fundamental da sociedade* em duas grandes categorias globais e universais, constituídas por classes com *interesses inconciliáveis*: as *classes dominantes* e as *classes dominadas*. O conflito social entre essas classes caracteriza a *luta de classes*. O anarquismo surge como uma ideologia das classes dominadas e tem por objetivo impulsionar essa transformação que implica, para a construção de um poder autogestionário, o *fim das classes sociais*, a ser levado a cabo em um tipo de *socialismo* ao qual se chega por meio de uma *revolução social*. Outras dominações devem ser combatidas concomitantemente às dominações de classe, sendo que o fim das últimas não significa, obrigatoriamente, o fim das primeiras.

Classismo e força Social

A compreensão de que essa transformação social de base classista implica uma prática política constituída a partir da intervenção na correlação de forças que constitui as bases das relações de poder vigentes. Busca-se, nesse sentido, transformar a capacidade de realização dos agentes na luta de classes e buscando aumentá-la permanentemente. Esse aumento permanente de força social pode ser buscado por meio das práticas junto a agentes dominados em termos de raça, gênero,

6 Princípios, para Corrêa, compreendem os elementos fundamentais e norteadores das idéias e das ações de uma ideologia. No caso, são os princípios do anarquismo. Devido ao rigor tivemos que expor o texto integral.

nacionalidade, mas, nesses casos, essa luta exige uma perspectiva classista e internacionalista, permanente em toda a prática anarquista.

Internacionalismo

A defesa de um classismo que não se restrinja às fronteiras nacionais e que, por isso, fundamente-se no internacionalismo, o qual implica, no caso das práticas junto a agentes dominados por relações imperialistas, a rejeição do nacionalismo e, nas lutas pela transformação social, a necessidade de ampliação da mobilização das classes dominadas para além das fronteiras nacionais. O projeto revolucionário anarquista prevê uma necessidade de internacionalização da revolução, de maneira a dar condições de existência à autogestão generalizada.

Estratégia

A concepção racional, para que esse projeto de transformação sócia, de estratégias adequadas, que impliquem leituras da realidade e o estabelecimento de caminhos para as lutas. Ainda que o método de análise e as teorias sociais não constituem critérios para definir o anarquismo, e nem mesmo critérios para definição de suas correntes, eles sempre são elaborados racionalmente e utilizados em distintas perspectivas, de acordo com a localidade e a época em que atuam os anarquistas, acompanhando essa perspectiva geográfica e histórica. O objetivo, de tipo finalista, de se chegar a um socialismo que se caracteriza por um sistema de autogestão e um poder autogestionário está sempre presente como perspectiva projeto dos anarquistas. O caminho para essa transformação é sempre concebido em termos estratégicos.

Elementos estratégicos

Ainda que os anarquistas defendam estratégias distintas, alguns elementos estratégicos são considerados princípios: o estímulo à criação de sujeitos revolucionários, mobilizados entre os agentes que constituem parte das classes sociais concretas de cada época e localidade, as quais dão corpo às classes dominadas, à partir de processos que envolvem a consciência de classe e do estímulo à vontade de transformação; o estímulo permanente ao aumento de força social das classes dominadas, de maneira a permitir um processo revolucionário de transformação social; a coerência entre objetivos, estratégias e táticas e, por isso, a coerência entre fins e meios e a construção nas práticas de hoje, da sociedade que se quer amanhã; a utilização de meios autogestionários de luta que não impliquem a dominação, seja entre os próprios anarquistas ou na relação dos anarquistas com outros agentes; a defesa da independência e da autonomia de classe, que implica a recua às de dominação estabelecidas com partidos políticos, Estado ou outras instituições ou agentes, garantindo o protagonismo popular das classes dominadas, o qual deve ser promovido por meio da construção da luta pela base, de baixo para cima, envolvendo a ação direta.

Revolução social e violência

A busca de uma revolução social, que transforme o sistema e os modelos de poder vigentes, sendo que a violência, como expressão de um nível mais acirrado de confronto, é aceita, na maioria dos casos, por ser considerada inevitável. Essa revolução implica lutas combativas e mudanças de fundo nas três esferas da sociedade e não se encontra dentro dos marcos do sistema de dominação presente – está além do capitalismo, do Estado, das instituições dominadoras.

Defesa da Autogestão

A defesa da autogestão que fundamenta a prática política e a estratégia anarquista constitui as bases para a sociedade futura que se deseja construir e envolve socialização da propriedade em termos econômicos, o autogoverno democrático em termos políticos e uma cultura autogestionário. Norteada pelos valores da ética anarquista, essa sociedade é necessariamente socialista e garante a todos liberdade individual e coletiva; igualdade em termos econômicos, políticos e sociais; solidariedade e apoio mútuo; estímulo permanente à felicidade, à motivação e à vontade (CORREIA, 2015, pp. 186-189).

Nos convém afirmar que o anarquismo é uma ideologia com princípios doutrinários rigorosos e com uma crítica articulada diretamente com as três esferas interrelacionadas do social. Assim, posto essa definição podemos partir para nossas considerações

3.7. Considerações relativas a Bandeira Negra e a resposta do autor a pergunta: Como surgiu o anarquismo?

A definição de anarquismo, para Corrêa, é uma ideologia de tipo socialista, que tem como elementos constitutivos: a crítica à dominação, a defesa da autogestão e uma estratégia fundamental de tipo específico – tudo isso tendo como direcionamentos, princípios político-ideológicos específicos. Para caráter ilustrativo, vide Figura 1.

Por fim, o anarquismo surge, na Europa, no seio do movimento operário e com o movimento socialista, juntamente com todo o contexto histórico que inclui a melhoria dos elementos de comunicação e transporte na Europa, assim como o aumento da industrialização dos países, o que está diretamente vinculado com o tamanho e o pauperismo da classe operária naquele momento. O que gerou grandes movimentos de levantes. Devido a todos esses elementos os trabalhadores de vários países – primeiramente franceses e ingleses – fundaram uma organização de solidariedade internacional – AIT. Ali, cuja predominância mutualista foi desfeita, pelo processo de radicalização dos trabalhadores e por ação dos militantes da Aliança da Democracia Socialista, organização que teve grande influência de Bakunin, os trabalhadores fundaram uma posição que denominaram de coletivismo, que teve como seu ano inaugural 1868, por ocasião da vitória do coletivismo no Congresso Geral da AIT em Bruxelas, que teve sua vitória reafirmada em 1869 – no Congresso da Basiléia.

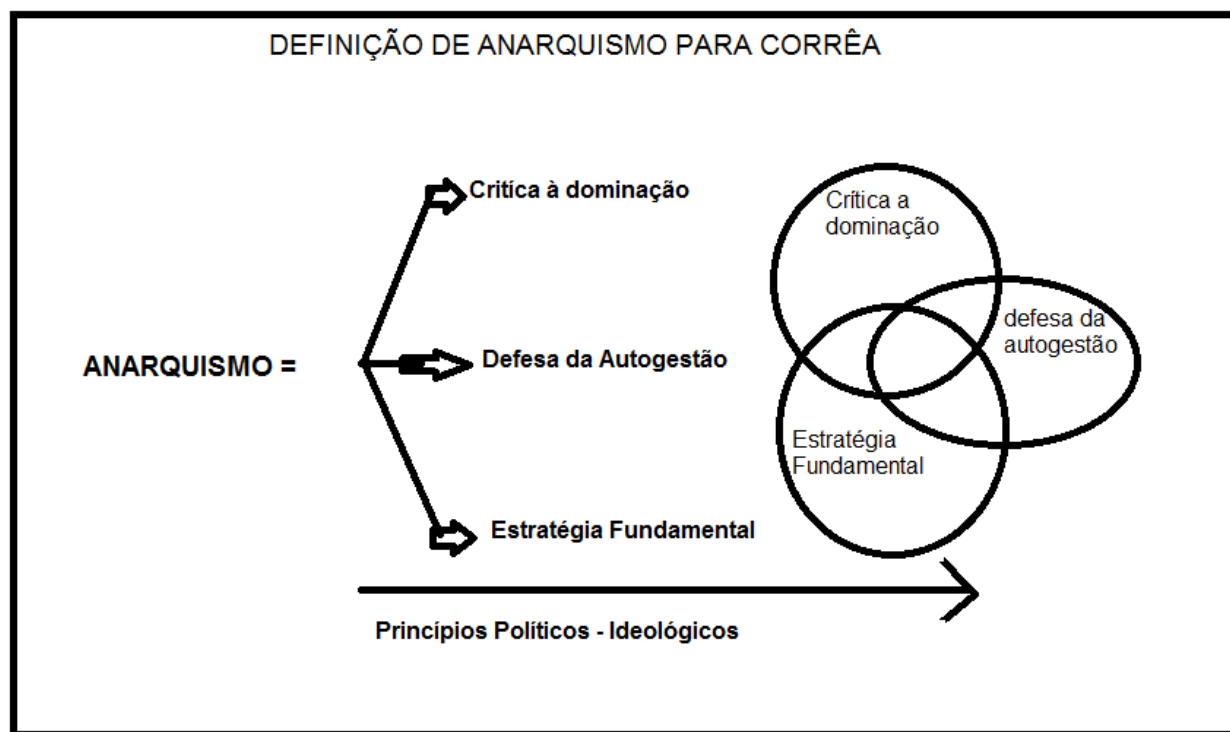


Figura 1: Esquema elaborado para este estudo.

Foi essa radicalização dentro da AIT, dentro de todo esse contexto, que fez surgir o coletivismo- que após alguns anos veio a se intitular: anarquismo. *Voilà!* Eis onde e quando surgiu a ideologia anarquista para Corrêa. Isso exclui todos os autores que vieram antes - por consequência, Proudhon.⁷

⁷ “ (...) há aspectos da obra de Proudhon que se distanciam do anarquismo, se levadas em conta suas continuidades e permanências históricas no longo prazo. Há posturas ambíguas em relação ao processo revolucionário e à necessidade de violência; ... defendeu estratégias mais moderadas. Seu projeto, segundo Berthier (2008,p.83)”, era “uma conciliação, um compromisso”, que buscava “passar progressivamente a propriedade às mãos dos usuários, trabalhadores e locatários”. Casos como aqueles em que Proudhon sugere a compra das casas dos proprietários como objetivo de socialização subsidiam a posição de Berthier (2008, p.73), de que “suas teorias sobre a propriedade” são “menos radicais que se pode entender pela fórmula provocadora a propriedade é um roubo”. Além disso, “... Proudhon sustentou, diversas vezes, conciliações entre a burguesia e o proletariado. Para além destas posições, podem-se mencionar duas outras, que se distanciam, em geral, das posições anarquistas: sua exclusividade estratégica do mutualismo “ já que o cooperativismo (de produção, de consumo e de crédito), quando incorporado às ações anarquistas, foi levado a cabo como parte de um conjunto mais amplo de ações – e suas posições em relação à mulher – atribuindo a ela um papel de subserviência ao homem na família (CORRÊA, 2015, pp. 198-200)”. “As relações entre Proudhon e os movimentos de seu tempo parecem demonstrar que não havia, ainda, naquele momento, uma corrente ideológico-doutrinária, que possa ser considerada anarquista. (CORRÊA, 2015, p.201)”.

4. CONSIDERAÇÕES DO ARTIGO

Os outrora florescentes encontramos hoje na sua maioria, em completa decadência, e os florescentes hoje, eram outrora bem pouca coisa. Persuadido da instabilidade da ventura humana, estou decido a falar igualmente de uns e de outros

Heródoto

Ambos os autores, Ferreira e Corrêa, partindo de metodologias distintas, chegam a resultados similares. Ferreira, ao se deparar com o problema historiográfico, realiza uma crítica que considera imprescindível, para só após realizar seu estudo sobre origens e definições de anarquismo. O mesmo movimento é feito por Corrêa, que faz um trabalho mais extenso, provavelmente devido às possibilidades que o estudo em um formato de livro permite, porém não se diferenciando muito de Ferreira.

A diferença reside no trato no que se refere à um certo respeito com seus antecessores. Pois, enquanto Ferreira fala em deturpação ideológica, disputa e revisionismo, Corrêa, justifica que alguns foram os primeiros, tiveram grande relevância, e o estudo que é tratado como revisionista por Ferreira, é em certa medida, colocado em seu tempo histórico. Mas, mesmo postas as diferenças, ambos apontam problemas que inviabilizam a utilização desses estudos para realização de um trabalho rigoroso sobre “anarquismo”.

Ferreira define como contraponto dar voz aos verdadeiros agentes, de carne e osso, que travaram as batalhas e fundaram, a ferro e fogo a ideologia. Então, é necessário um estudo histórico, para Ferreira, que dê voz aos militantes, isso através do estudo de um corpo documental produzido por estes. A metodologia é, portanto, estudo do movimento para após isso, definir forma conteúdo e origem do movimento. Além do que, o elemento problema em que caí Ferreira é, faz uma defesa de dar voz aos autores e ao movimento, porém, caí na história pelo viés dos grandes homens – traço de narrativa histórica vinculada à escola do positivista. Esse traço positivista – a história contada pelos grandes homens – talvez seja pela limitação que o seu trabalho tinha, sendo somente uma Introdução.

Corrêa toma para si o mesmo norte metodológico, seria necessário, através do estudo dos autores da tradição anarquista, para que seja possível, delimitar quais são os elementos constitutivos dessa tradição, seu real alcance, origens e percurso – assim como elaborar uma definição *a posteriori* de anarquismo. A diferença é que ele consegue realizar um estudo visto de baixo - não fazendo uma história dos grandes homens - tanto é que, para ele, o anarquismo

é uma ideologia que surge da luta dos trabalhadores dentro da Associação Internacional dos Trabalhadores e da Aliança da Democracia Socialista, nas décadas de 1860-70.

O problema é que enquanto Corrêa aborda uma vastidão de autores “anarquistas” para fazer uma definição e um percurso, Ferreira se diferencia em realçar o estudo de só um autor para realizar seu estudo. Gostaríamos de ressaltar que isso talvez decorra da já apontada diferença das possibilidades de um estudo em formato de artigo, de um estudo em formato de livro. Porém, Ferreira, pelo modo que desenvolve estudo deixa claro que seria essa a escolha mesmo num estudo mais aprofundado. A diferença reside, então, no anarquismo ser produto da obra de um autor-militante que estava diretamente vinculado as lutas de classe de seu tempo e dialogando com as tradições críticas já existentes – isso para Ferreira; Corrêa, o anarquismo ser produto mesmo da luta de classes subordinadas, a princípio na Europa, depois se expandido para o resto do mundo, e tendo suas expressões teóricas nas obras de autores, militantes ou não.

O anarquismo para Ferreira é: uma corrente do socialismo, que se caracteriza por seu posicionamento classista, antiestatista, anticapitalista, que defende a federação livre dos livre produtores, por meio de um regime de propriedade coletiva e um sistema autogestionário, isso dentro articulado como uma teoria compreendida como materialismo sociológico.

O anarquismo para Corrêa é: uma ideologia, que constitui uma corrente do socialismo, que tem princípios político-ideológicos específicos, além de se caracterizar por sua crítica a autoridade (em suas várias formas fenomênicas), a defesa da autogestão social (econômica e política), através de uma estratégia, de tal modo, que os fins estejam contidos nos meios, além do que, passe pelo levante das classes dominadas e por um processo de Revolução Social. A teoria é compreendida como um componente necessário que deve ser apreendido pelos anarquistas, mas não se constituindo num corpo fechado e homogêneo, sendo o anarquismo plural em teoria – ao longo da história.

Ambos consideram que é no momento da Associação Internacional dos Trabalhadores – apesar de Ferreira se reportar já aos desenvolvimentos teóricos de Proudhon – o surgimento do anarquismo é definitivo. Ali, para um, nas relações de Bakunin e o movimento operário, para outros, no desenvolvimento da luta de classes e na apropriação da massa dos elementos ideológicos dispostos pela AIT, que fizeram com que surti-se o anarquismo.

Portanto, ambos apontam, para década de 1860 e para a AIT, elemento inegável, de que é nesse momento que o anarquismo tem sua origem. O fim desse nosso primeiro capítulo já possui em seu seio a disposições de sua continuidade, então, para falarmos do surgimento do anarquismo temos que nos debruçar sobre duas coisas:

- Qual era o momento histórico do surgimento do anarquismo? Quais eram as idéias que seus primeiros militantes refletiram e qual era o momento político-econômico em que eles se encontraram? Qual eram as idéias e o mundo nas origens do anarquismo?

- O que é a Associação Internacional dos Trabalhadores, quais foram seus pontos importantes, seus componentes e como surgiu o anarquismo em seu seio?

REFERÊNCIAS

BAKUNIN, Mikhail. *De Baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica* Org. Andrey Cordeiro Ferreira e Tadeu Bernardes de Souza Toniatti. Rio de Janeiro, Ed. Alternativa, 2014.

BERTHIER, René. *Teoria política e método de análise de análise no pensamento de Bakunin*. São Paulo, ITHA, 2014, disponível em: <https://ithanarquista.wordpress.com/2014/11/27/rene-berthier-teoria-politica-e-metodo-de-analise-no-pensamento-de-bakunin-entrevista/> Acesso em 26/07/2015 às 19:00.

CORDENAÇÃO ANARQUISTA BRASILEIRA. CAB. Disponível em: https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=6 Acesso em 27/07/2015 às 17:00

CORRÊA, Felipe. *Bandeira Negra : Rediscutindo o Anarquismo*. São Paulo, Editora Prismas, 2015.

DEL ROIO, Marcos. *O império universal e seus antípodas: A ocidentalização do mundo*. São Paulo, Ícone.1998.

DECCA, Edgar de. *1930 o silêncio dos vencidos*. Rio de Janeiro, Ed. Brasiliense 1988.

_____. *O nascimento das fábricas*. Rio de Janeiro, Ed. Brasiliense, 1995.

DICTIONNAIRE HISTORIQUE DE LA SUISSE. *Radicalisme*, Genebra, 2015, disponível em: <http://www.hls-dhs-dss.ch/textes/f/F27156.php> Acesso em 26/07/2015 às 17:30

DUCLOS, Jacques. *La Première Internationale*. Paris, Éditions sociales, 1964.

ENGELS, Friederich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, PSTU, disponível em: http://www.pstu.org.br/sites/default/files/biblioteca/engels_socialismo_utopico.pdf Acesso em: 09/06/2015 às 06:09

ENCKELL, Marianne. *La Fédération Jurassienne: les origines de l'anarchisme em Suisse.Saint-Imier*: Entremonde, 2011.

FREYMOND, Jacques. Etude sur las formation de la Première Internationale, artigo disponível em: <http://dx.doi.org/10.5169/seals-77320> Acesso em 26/07/2015 às 17:00

_____. *La Primera Internacional: Colección de documento, t.1*. Madrid, Editora Zero, 1973

GILLIARD, Charles. *Histoire de la Suisse*. Paris, Press Universtaire de France, 1949.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, v.3. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

_____. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro, ed Civilização Brasileira, 1968.

GUILLAUME, James. *A Internacional: documentos e recordações*, v.1. São Paulo, Editora Imaginário, 2009.

_____. *L'internationale: documents et souvenirs. Tome I*. Paris. Stock, éditeur, 1905.

HALÉVY, Élie. *Histoire du socialisme européen*. Paris, Gallimard, 1974.

HOBBSBAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789 – 1848*. São Paulo, Paz e Terra, 2007.

LOWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social*. São Paulo, Cortez, 1989.

MALON, Benoît. *A INTERNACIONAL sua história e seus princípios*. São Paulo, Editora Imaginário, 2014.

MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro, Ed. Brasiliense, 1970.

MAZZONI, Marcelo. *Alguns passos rumo ao anarquismo: as origens do anarquismo*. São Paulo, Colóquio Bakunin, disponível em: <https://colociobakuninait.wordpress.com/memorias/> Acesso em 03/03/2015 às 07:00

- MICHEL, Louise. *La Commune*, Paris, Editions Stock, 1978. Disponível em : http://classiques.uqac.ca/classiques/michel_louise/la_commune/michel_la_commune.pdf
Acesso em 26/07/2015 as 12:00
- MUSTO, Marcello. *Trabalhadores, uni-vos!* São Paulo, Boitempo editorial, 2014.
- PROUDON, Pierre-Jouseph. *Do Princípio Federativo*. São Paulo, Ed. Imaginário, 2001.
- RENTSCH, Hans. *Historia de Suiza*. Madrid, Oficina Grafica Madrileña, 1953.
- SCHWITZGUÉBEL, Adhemar. *Quelques Écrits*. P-V. Stock, Paris, 1908. Disponível, em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k2070056> Acesso em 26/07/2015 às 16:00.
- TEIXEIRA, Aloísio. *Utópicos, heréticos e malditos*. São Paulo, Record, 2002.
- THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa. Tomo 1*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1987.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Reflexões Sobre o Socialismo*. São Paulo, Ed. Unesp, 2010.
- UNIÃO POPULAR ANARQUISTA. *Sobre Unipa*. Disponível em: <https://uniaooanarquista.wordpress.com/> Acesso 27/07/2015 às 17:00
- WILSON, Edmund. *Rumo à Estação Finlândia*. São Paulo, Companhia das letras, 1986.